

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GABRIELA LEAL RIOS

AS ARTES DE CURAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA ENTRE A PAISAGEM E O
TERRITÓRIO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO

VITÓRIA

2022

GABRIELA LEAL RIOS

AS ARTES DE CURAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA ENTRE A PAISAGEM E O
TERRITÓRIO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Geografia do Centro de
Ciências Humanas e Naturais da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Geografia

Orientador: Prof. Dr. Cassio Arruda Boechat

VITÓRIA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Alex, por sempre ter apoiado e incentivado minhas escolhas, e por ter me apresentado ao mundo acadêmico ao me levar para acompanhá-lo em sua pesquisa, suas aulas e sua defesa durante o mestrado e o doutorado, desde que chegamos em Vitória, em 2004. À minha mãe, Sabrina, pelo grande apoio e pelo auxílio durante os momentos de ansiedade e angústia que acompanharam, em partes, minha vida na graduação. Ao meu irmão, João, por ter me permitido respirar ao dividir meu tempo entre os estudos e o trabalho para as nossas brincadeiras.

Agradeço à minha avó, Maria Coeli, pelo carinho, pelo apoio, por manter sempre suas portas abertas para meu retorno à Belém, e por ter lido e revisado meu projeto de Iniciação Científica. Ao meu avô, Dilermando, pelo carinho, por sempre estar disponível quando estou lá e por ter me acompanhado no Ver-o-Peso durante o trabalho de campo.

Agradeço ao Lorenzo, pelas trocas e conversas constantes, pelos conselhos, por me ajudar a entender os editais e pela disposição de ler e revisar tantos trabalhos ao longo desses 4 anos. À Kamilly, por ter sido minha parceira na pesquisa cultural e nas leituras de Besse e Berque, pelas conversas, orientações, conselhos e revisões do relatório final de IC. À Yasmin, por ter lido meu relatório final e por ter aberto meus olhos para questões que permitiram o desdobramento da ideia do projeto de mestrado.

Agradeço imensamente os erveiros do Ver-o-Peso, pelo seu tempo, sua permissão, e sua ajuda. Principalmente Seu Zezinho, Suzana, Cléia e Beth Cheirosinha.

Agradeço ao Gescot e ao professor Igor Robaina, por ter me acolhido na geografia, me orientado ao longo da Iniciação Científica e me incentivado a seguir este percurso. Ao professor Carlos Queiroz e ao Rasuras, por ter também me incentivado e por sua ajuda e indicações ao longo do meu último ano de graduação. Por fim, agradeço profundamente ao professor Cassio, por ter me acolhido em um momento turbulento, por sua orientação tão rica e precisa e por suas indicações tão acertadas.

RESUMO

Este trabalho compreende um movimento de reflexão sobre o desenvolvimento de uma trajetória de pesquisa durante a graduação. Partindo, inicialmente, do desenvolvimento de um projeto e relatório de Iniciação Científica, foi possível compreender as limitações e as inquietações que provocaram o desdobramento e o aprofundamento de certas questões para a elaboração de um projeto de mestrado. Estas produções se encaminharam a partir do interesse em compreender as expressões espaciais das práticas de cura na Amazônia brasileira, caminhando entre as categorias da paisagem e do território. No relatório de Iniciação Científica, realizou-se o movimento de enquadrar do setor de ervas medicinais do mercado do Ver-o-Peso, em Belém (PA) sobre o conceito de paisagem, buscando realizar uma discussão de escalas acerca da categoria, tencionando uma normatividade sensorial de percepção da paisagem e afirmando a importância simbólica e situada da articulação entre as dimensões imagética e olfativa, produzida pelos vendedores de cheiro. Já mais tarde, ao longo do projeto de mestrado, propõe-se o desenvolvimento de uma pesquisa que pretende compreender os conflitos travados entre os diferentes agentes das artes de curar operantes no século XIX, também em Belém, buscando compreender os aspectos de uma difusão territorial das práticas de cura em associação às mudanças nas relações de poder entre os agentes. Ao longo desta curta trajetória de pesquisa, se observaram diversos percalços a serem superados e, aqui, pretende-se, então, estabelecer uma conversa entre estes movimentos.

ABSTRACT

This work comprehends a movement of reflection over the development of a research path throughout the years in the university. Beginning from the development of the project and report of a Scientific Initiation process, it was possible to understand the limitations and the concerns that have provoked the unfolding and the deepening of a certain number of matters for the elaboration of a master's project. These productions have been driven by an interest in understanding the spatial expressions of the healing practices in the Brazilian Amazon region, moving between the categories of landscape and territory. In my first final report for the Scientific Initiation, I have worked on the process of framing the Herbs section of the Ver-o-Peso market, in Belém (PA), under the concept of landscape, seeking out to discuss a matter of scale facing the category, and bringing the debate on a certain sensorial normativity that imposes itself over the perception of landscape. Other than that, I intended to affirm the symbolic and located importance of the relation established between the olfactory and visual dimensions, produced by the herbalists. Later on, in the master's project, it is proposed the development of a research that intends to understand the conflicts between the different agents of healing operating in the 19th century, also in Belém, seeking to understand the aspects of a territorial diffusion of healing practices in association with changes in power relations between the agents. Throughout this short research trajectory, several obstacles were observed to be overcome and, here, it is intended to establish a conversation between these movements.

Sumário

Introdução	7
1. “Na banca de cheiro”: uma geografia olfativo-imagética da paisagem dos vendedores de cheiro do Ver-o-Peso (PIIC – 2020/2021)	9
1.1. Resumo	9
1.2. Introdução	9
1.3. Objetivos	12
1.4. Embasamento teórico	13
1.5. Metodologia.....	15
1.6. Resultados	17
1.6.1. Contexto histórico-geográfico do mercado do Ver-o-Peso.....	17
1.6.2. Os ervaíros do Ver-o-Peso.....	21
1.6.2.1. Observações sobre a estrutura da seção e a disposição das barracas	25
1.7. Discussão e conclusões.....	26
2. Inquietações e questões de uma trajetória	32
2.1. As paisagens olfativas.....	32
2.2. Ida a campo.....	34
2.3. Esboçando um projeto de mestrado.....	35
3. Conflitos no campo das Artes de Curar: aspectos da territorialidade difusa das práticas médicas na Belém do oitocentos (Esboço do projeto de Mestrado)	40
3.1. Introdução	40
3.2. Objetivos	42
3.3. Justificativa.....	42
3.4. Fundamentação teórica.....	44
3.5. Metodologia de pesquisa	52
4. Conclusões	54
5. Referências bibliográficas	56

1. Introdução

Este trabalho compreende a tentativa de realizar uma conversa entre diferentes momentos de uma trajetória de pesquisa que se traçou durante a graduação. Inicialmente tomando como referência a produção de um relatório de Iniciação Científica e, mais tarde, a elaboração de um projeto de mestrado. Buscou-se, com isso, entender as limitações, as motivações, as escolhas e os erros e acertos de ambos os processos. Ambas as produções se encaminham a partir de um recorte temático similar, buscando alcançar, de alguma forma, a dimensão das práticas de cura na Amazônia brasileira – especialmente em Belém (PA). Assim sendo, é possível observar um processo de desdobramento do tema que se encaminha a partir das inquietações e das questões que surgem após a realização do primeiro movimento.

O relatório de Iniciação Científica teve como objetivo principal compreender geograficamente a paisagem dos vendedores de cheiro – no Setor de ervas medicinais do Mercado do Ver-o-Peso – a partir da articulação entre a produção de imagens e estímulos olfativos realizada pelos erveiros. A escolha do tema e do recorte teórico se orientou a partir de uma identificação inicial com a chamada Geografia Cultural, buscando trazer como foco a dimensão simbólica de práticas espaciais a partir da categoria da paisagem. Ao fim deste percurso, realizou-se o ensaio de uma discussão de escala no âmbito da categoria, buscando entender o papel da distância enquanto método para a sua conceituação, e encaminhando uma crítica a uma sensorialidade normativa que se elabora na modernidade. O trabalho, apesar de ter sido desenvolvido em um edital aberto em meio à pandemia do COVID-19, contou com a realização de um trabalho de campo e de entrevistas *in locu*, possibilitando a manutenção da metodologia proposta, que compreendeu a importância das imagens e dos relatos para a composição da pesquisa.

A ideia de levar a pesquisa para o mestrado se construiu muito a partir da intenção de avançar em uma continuidade, porém, agora, levando em conta as limitações do recorte escolhido na IC, e as inquietações que permaneceram e a vontade de elaborá-las e aprofundá-las. O projeto, assim, busca uma compreensão acerca dos conflitos no campo das artes de curar, em Belém, no século XIX, procurando alcançar um pano de fundo do contexto médico-curativo

que traz como consequência o estabelecimento de uma territorialidade difusa das práticas médicas, e a convivência entre uma vasta gama de atores destas práticas. Sendo assim, a proposta se dá no sentido de entender as relações de poder que se desdobram no território no âmbito do contexto da cura, ultrapassando a concepção de seus múltiplos aspectos simbólicos.

Procura-se, então, com o presente trabalho, expor quais foram as limitações e as inquietações que apareceram durante a elaboração do relatório e do projeto, que estabelecem um percurso de continuidade dentro da trajetória acadêmica da autora. A seguir veremos cada um dos dois de forma integral.

2. “Na banca de cheiro”: uma geografia olfativo-imagética da paisagem dos vendedores de cheiro do Ver-o-Peso (PIIC – 2020/2021)

2. 1. Resumo

Diante do entendimento da paisagem enquanto experiência associada a um arranjo de elementos com dimensões culturais, sociais e sensoriais, e tendo em vista, principalmente, o papel dos sujeitos como atores na organização desse arranjo, este trabalho se propõe a analisar geograficamente a relação entre os elementos olfativos e imagéticos de composição da paisagem do Setor de Ervas do mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, principalmente a partir da ação e das narrativas dos erveiros. Buscando estabelecer um diálogo entre práticas, rituais, seus significados simbólicos e a sensorialidade múltipla que participa da unidade da paisagem, observa-se que os aromas da seção e as composições imagéticas das barracas atuam em conjunto a performances, instruções de uso e tentativas nominais de classificação dos produtos, compondo em conjunto o cotidiano, os ritmos e a experiência da paisagem. Os estímulos e suas simbologias adquirem uma importância situada e sugerem um modo de se colocar no espaço que se reproduz a partir do contato com este arranjo da paisagem, e que se transporta no tempo e no espaço a partir de seus fragmentos – os perfumes, as garrafadas medicinais, os banhos e os rituais –, sugerindo também outras escalas ao tratar a paisagem enquanto categoria.

2.2. Introdução

Ao tomar a paisagem como ponto de partida teórico, é necessário, primeiramente, entender de onde se parte. Assim como ela mesma, enquanto construção, é condicionada por um olhar, sua própria definição enquanto conceito e categoria de análise parte de diferentes perspectivas que constroem as formas de compreensão sobre ela. Besse (2014) coloca, ao abordar esta questão, as cinco possíveis portas de entrada a partir das quais se poderia compreender a paisagem dentro dos campos de conhecimento, entendendo que historiadores, filósofos, ecologistas, geógrafos, arquitetos, paisagistas, entre outros, atuam nesta justaposição que se torna o conceito de paisagem enquanto: representação cultural e social; território fabricado e habitado; meio ambiente

material e vivo das sociedades humanas; experiência sensível e, finalmente, como contexto de projeto.

Afirmamos, aqui, partindo da perspectiva geográfica, a paisagem enquanto uma das formas de observar a dimensão espacial do mundo, uma leitura que se realiza sobre ela (CORBIN e LEBRUN, 2001). Antes de ser uma leitura, entretanto, a paisagem é uma construção material, palpável e perceptível; uma estrutura edificada com base em um guia cultural, de práticas e significados que se organizam em um arranjo. É um espaço da existência, planejada a partir de necessidades afetivas, sociais, políticas e de intenções cotidianas do ser humano (BESSE, 2014). Ela se ergue, então, a partir de dois focos que se encontram e se complementam: o da construção material e o da percepção. É uma marca no sentido de que é algo construído para se ver, se perceber, se por sobre um olhar e sobre uma experiência, mas é, simultaneamente, matriz: um guia que age sobre esse olhar, que produz uma cartografia da percepção e a experiência, de algum modo, se submete ao arranjo que a paisagem contém (BERQUE, 2012).

No início do surgimento do termo no ocidente, durante o Renascimento, a paisagem – muito atrelada a seu conteúdo dentro do campo das artes – era tida como uma cena, uma vista passível de fragmentação e de representação, uma tela que realizava um panorama visual sobre um lugar, uma nova forma de representar o espaço pelo advento da pintura em perspectiva (CLAVAL, 2012). Era, então, antes de assumir seu papel simbólico, cultural e ativo, vista como um espetáculo, como possibilidade de uma prática contemplativa de edificação moral (BESSE, 2006). Dentro deste contexto, portanto, a figura do observador e a noção de que o mesmo se torna o espectador desta cena molda, de certa maneira, a forma da paisagem e suas formas de percepção. A vista distanciada ali se instala como a principal forma de apreensão da paisagem e acaba por compor os regimes de visibilidade e as culturas visuais (GOMES, 2013; BESSE, 2006; CORBIN e LEBRUN, 2001) que associam o olhar à distância.

A distância, então, ganha importância enquanto método, como forma de adotar uma postura analítica ou contemplativa frente a paisagem, mas ela não é

apenas distante: participa do nosso estar no mundo (BESSE, 2010)¹; é múltipla em seus esquemas de posição, profundidade, escala, e oferecer apenas o olhar afastado à paisagem não esgota seu potencial perceptivo e menos ainda seu potencial enquanto discurso. A visão é o sentido que mais nos oferece os meios para uma categorização objetiva do mundo, sobre o qual mais possuímos um controle e possibilidade de direcionamento, enquanto aos outros somos vulneráveis (TUAN, 1980; CORBIN e LEBRUN, 2001). Mas é nesta vulnerabilidade que a paisagem age sobre nós, que ela se afirma enquanto uma construção ativa e dinâmica. É necessário o chamado aos sentidos para afirmar a inserção do sujeito enquanto participante na constituição da paisagem, e não somente enquanto espectador.

Existe, então, um jogo de atividade e passividade na concepção da paisagem. O observador é ativo no sentido em que determina o que é posto em foco, a partir de qual perspectiva e qual contexto cultural e social se observa e se constrói a representação do que é visto, mas é simultaneamente passivo pois é afetado pelos estímulos perceptivos que se fazem disponíveis, pelo arranjo que se coloca em exposição. A paisagem, enquanto construção material é ativa pois atua sobre a reprodução destes arranjos, e é também passiva pois depende de um olhar para existir, pois somente ganha sentido e significados quando posta sob uma percepção (COLLOT, 2012).

Tendo isto em vista, a proposta do presente trabalho – vinculado ao Grupo de Pesquisa em Geografia, Espacialidades e Cotidiano (GESCOT), especificamente no projeto Geografias cotidianas e espaços públicos: apropriações, cidadania e democracia –, é compreender como se dá este encontro entre materialidade e percepção na paisagem dos erveiros no mercado do Ver-o-Peso, em Belém do Pará e, principalmente, entender como os sujeitos atuam na disposição do arranjo dos estímulos sensoriais – principalmente dos odores e dos elementos imagéticos – que participam da composição daquela paisagem e que desempenham ali uma importância situada.

¹ “[...] a paisagem faz parte de nosso estar-no-mundo [...]. Nós ‘estamos na paisagem’” (BESSE, 2010, p. 267, tradução própria)

Entendendo a paisagem, então, como uma composição de elementos múltiplos e dinâmicos que se alteram no tempo mas que também possuem como variável a presença dos sujeitos que atuam sobre este arranjo e sobre este jogo de exposição, analisaremos a banca de cheiro, em conjunto aos erveiros – aquela com sua composição material e simbólica e estes com suas performances atrativas e com seus saberes transportados às instruções rituais – (Figura 1) enquanto elemento primordial a partir do qual serão produzidas as cartografias da percepção desta paisagem – que possui enquanto um dos principais elementos sensoriais de composição os odores. Para tal, nos apoiaremos na importância de uma percepção multissensorial da paisagem, e buscaremos compreender de que forma os odores são dispostos no espaço e de que forma eles atuam sobre a injeção de sentido no conjunto sensorial da paisagem (PORTEOUS, 1985; FRAIGNEAU, 2019; SUÑÉN, 2007;).

Figura 1: Fotografia da banca da Suzana



O mucuracaá: “Você conhece o mucuracaá? Mucaracaá é isso aqui ó, amassa ele e esfrega. Ele você pode colocar no álcool que é pra dor de cabeça, e pode fazer banho pra tirar inveja, olho gordo. Esse aí no álcool pra dor de cabeça, agora se for pro banho, vai na cachaça.” – Suzana. Fonte: Acervo da autora, 2021

2.3. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho se trata de analisar geograficamente o arranjo espacial da paisagem da seção dos Erveiros do Ver-o-Peso em suas

dimensões imagéticas e olfativas, a partir da ação realizada pelos mesmos na organização do espaço. Para tal, se faz necessário compreender a evolução histórica do trabalho dos erveiros no mercado do Ver-o-Peso; identificar o papel dos sujeitos e de suas narrativas no processo de composição da paisagem; observar a função dos odores, das performances e dos arranjos imagéticos como elementos na estruturação material e simbólica desta paisagem e analisar os atravessamentos que perpassam a prática cotidiana destes sujeitos no local, constituindo os objetivos específicos da pesquisa. Este conjunto de objetivos se delinea buscando afirmar a importância do sujeito na organização e na composição da paisagem e do seu papel enquanto guia das relações simbólicas que se estabelecem na experiência da paisagem, e afirmar também a necessidade de outros olhares frente a paisagem, considerando outras escalas, permitindo uma aproximação maior entre ‘observador’ e paisagem, e afirmando a construção cotidiana dos significados que a compõem.

2.4. Embasamento teórico

A paisagem é, historicamente, associada majoritariamente à sua dimensão visual. Definida comumente como “aquilo que a vista alcança” e tomando corpo na metáfora da janela que se abre a uma vista panorâmica e distante, a paisagem passa a ser observada a partir de outras perspectivas nas últimas décadas. Murray Schafer com *The Soundscape* (1993) define as paisagens sonoras, Douglas Porteous versa sobre as possibilidades olfativas da paisagem em *Smellscapes* (1985), além de numerosos outros trabalhos que buscam observar a ampliação das possibilidades sensoriais da paisagem.

O imperativo visual acompanha a experiência sensorial inserida no contexto de modernidade que, trazendo um aumento nas fontes de estímulos visíveis, desencadeia a “hipertrofia da visão” e uma hierarquização sensorial (CARVALHO, 2011), priorizando formas de percepção associadas a capacidades cognitivas mais completas. As imagens passam a ultrapassar sua função enquanto complemento, atuando de forma intensa sobre os comportamentos, e o olhar se coloca como uma ação ativa e seletiva sobre a organização dos estímulos (TUAN, 1983).

O poder espacial das imagens não se limita aos estudos de paisagem e, longe de possuírem uma função somente ilustrativa sobre os fenômenos, atuam fortemente sobre as experiências situadas e sobre a atribuição de significados espaciais, se tornando instrumentos para a compreensão do mundo (GOMES e BERDOULAY, 2018). A ação do olhar sugere uma prática imagética narrativa, e as imagens, como produtos intencionais, traduzem essa narrativa, essa perspectiva, essa decisão sobre o lugar e sobre o que se vê, “têm seus próprios focos, zoom, seus destaques, suas limitações do olhar e sua cegueira” (ROSE, 2013, p. 198). O jogo de exposição, foco e ângulos das imagens constroem uma forma de agir sobre quem a vê, produzindo uma cartografia sobre o olhar (GOMES, 2013) e um guia sobre as experiências, sobre o que deve ser visto ou não, com base em intenções culturais, individuais, ideológicas, políticas.

A imagética do olhar, no entanto, atua em conjunto às demais percepções sensoriais espacializantes. Os odores, as texturas, os sons, se associam a práticas e aos significados espaciais e podem, até certo ponto, tendo em vista as limitações de cada forma sensorial, ser ordenados espacialmente, adicionando novas camadas de sentido às experiências.

Uma pessoa que simplesmente “vê” é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos. Os olhos exploram o campo visual e dele abstraem alguns objetos, pontos de interesse, perspectivas. Mas o gosto do limão, a textura de uma pele quente, e o som do farfalhar das folhas nos atingem como sensações. (TUAN, 1980, p. 12).

Desta forma, entendemos que a dimensão olfativa pode representar uma das marcas sensíveis da paisagem, permitindo o estabelecimento de uma relação íntima – que se satisfaz nas associações entre aromas, memórias, respostas emocionais e contextos culturais – e participa dos processos de sociabilidade, interação social e atribuição de significados simbólicos. “O cheiro é cultural, portanto um fenômeno social e histórico. Os odores são investidos de valores culturais e empregados por sociedades como meio e modelo para definir e interagir com o mundo.”² (CLASSEN; HOWES; SYNNOTT, 1994, p.3)

² Tradução própria

Porteous (1985), definindo as paisagens olfativas (smellscapes) afirma a possibilidade de um ordenamento espacial dos odores, mesmo reconhecendo sua efemeridade, sua fragmentação espacial e sua característica episódica no tempo. Corbin (2001), definindo a paisagem como uma leitura sobre o espaço, uma forma de esquematizá-lo por meio da apreensão sensorial para oferecê-lo à apreciação estética, descarta a possibilidade da existência de uma paisagem olfativa – mesmo atestando o poder dos odores na apreensão da paisagem – entendendo que não existe uma maneira exclusivamente olfativa, precisa, de se organizar, descrever ou representar o espaço, uma vez que o olfato não nos oferece categorias de análise objetivas para tal. O mundo olfativo, então, não é permanente, fixo ou inerte, mas se caracteriza por se adaptar aos ritmos do ambiente, por manejar práticas espaciais e por se determinar pelas escalas temporais destas práticas (FRAIGNEAU, 2019).

Objetiva-se, então, não definir os termos de uma paisagem olfativa, mas sim entender o modo pelo qual o olfato e os dispositivos olfativos, associados à formas visuais específicas e situadas, participam de uma composição, representam um modo de se colocar no mundo e de percebê-lo, partindo dos seus significados, e de como, a partir destes, surgem, como desdobramentos, outras práticas espaciais.

2.5. Metodologia

Em primeiro momento, foi realizado o movimento metodológico de levantamento bibliográfico, principalmente acerca dos temas da paisagem, da sensorialidade, do olfato e das imagens e sua importância cultural, tanto dentro do campo da geografia quanto em outros campos do conhecimento. Em segundo momento o levantamento bibliográfico se deu sobre questões específicas que envolvem o Mercado do Ver-o-Peso, acessando artigos e trabalhos científicos que abordassem o local, além de outros materiais como documentários, projetos audiovisuais, fotografias, mapas e músicas.

A metodologia empenhada neste trabalho em geral se insere na investigação qualitativa – enquanto busca interpretativa de uma realidade social (BAUER e GASKELL, 2017). Parte-se do desejo de compreensão sobre as

particularidades de um arranjo que se coloca em exposição através da paisagem, e demanda, então, uma metodologia que objetive a interlocução com os sujeitos envolvidos e participantes. Compreender e interpretar – como verbos da investigação qualitativa que destacam uma postura metodológica (MINAYO, 2012) – um contexto situado geograficamente, se realizaram por meios da realização do trabalho de campo. Esta prática envolveu o deslocamento para o local em questão – o setor de ervas do Ver-o-Peso – como fator essencial imposto pela seleção inicial da paisagem e de suas dimensões sensoriais enquanto recorte teórico, trazendo a necessidade de movimentos de apreensão e percepção da paisagem não somente enquanto representação imagética através de fotografias ou registros, mas enquanto uma experiência situada. Deste modo, contamos com a própria percepção, “o conhecimento dos objetos resultantes de um contato direto com eles” (PIAGET e INHELDER, 1993, p. 32 apud DE OLIVEIRA, 2017, p. 67), enquanto método, pois a mesma participa dos processos de compreensão tanto da paisagem, quanto do contexto simbólico no qual os sujeitos se inserem ao adentrar no setor. Além disso, o trabalho de campo se coloca como a principal forma pela qual se torna possível a realização de entrevistas localizadas, na intenção tanto de acessar as narrativas dos sujeitos em questão, quanto de estabelecer um contato com o elemento cotidiano de composição do espaço, compreendendo seus ritmos e suas dinâmicas próprias.

Apesar da impossibilidade inicial de se realizar a pesquisa de campo no local devido à pandemia do COVID-19, foi possível realizar este movimento no mês de maio de 2021 de forma reduzida, compondo um total de 3 visitas a campo. Foram realizadas entrevistas que buscaram uma aproximação às entrevistas narrativas, estabelecendo questionamentos que surgissem espontaneamente com a interlocução, partindo da linguagem e da perspectiva de mundo do entrevistado (JOVCHELOVICH; BAUER, 2003). A busca por uma entrevista narrativa, no entanto, encontrou entraves no ritmo acelerado de comércio no qual o mercado, como um todo, se insere, e a interlocução, no setor de ervas, acabou por tomar um encaminhamento direcionado espontaneamente às curiosidades em relação aos usos, aos tipos de produtos comercializados e ao contexto de trabalho/produção/sociabilidade no qual os erveiros se inserem.

Além dos movimentos de interlocução, a observação e o registro fotográfico se desenvolveram como práticas importantes durante o desenvolvimento do trabalho de campo, buscando captar uma realidade espacial através da dimensão imagética da paisagem, assim como serviram como base para um posterior transporte desses elementos para o suporte textual, através da descrição.

As barracas individualmente são definidas como a unidade visual com a qual a interlocução se associa, buscando a compreensão das narrativas que compõe aquele arranjo a partir de quem o constrói. Partindo desta delimitação, se estabeleceu o contato com os rituais e as performances utilizadas pelos erveiros, na demonstração dos usos de seus preparados. As instruções dos rituais, que envolvem a utilização, se vinculam à unidade visual da barraca, que se altera de acordo com os produtos comercializados em maior escala em cada uma delas: ervas frescas, medicinais, perfumes, sabonetes. Utilizamos, então, estas narrativas ritualísticas que aparecem em trechos transcritos das entrevistas em conjunto aos registros fotográficos e representações, para estabelecer um caminho de compreensão das singularidades das barracas como elemento da paisagem, assim como para o entendimento da seção enquanto unidade espacial que constrói uma paisagem da cura, dos rituais e dos desejos.

2.6. Resultados

2.6.1. Contexto histórico-geográfico do mercado do Ver-o-Peso

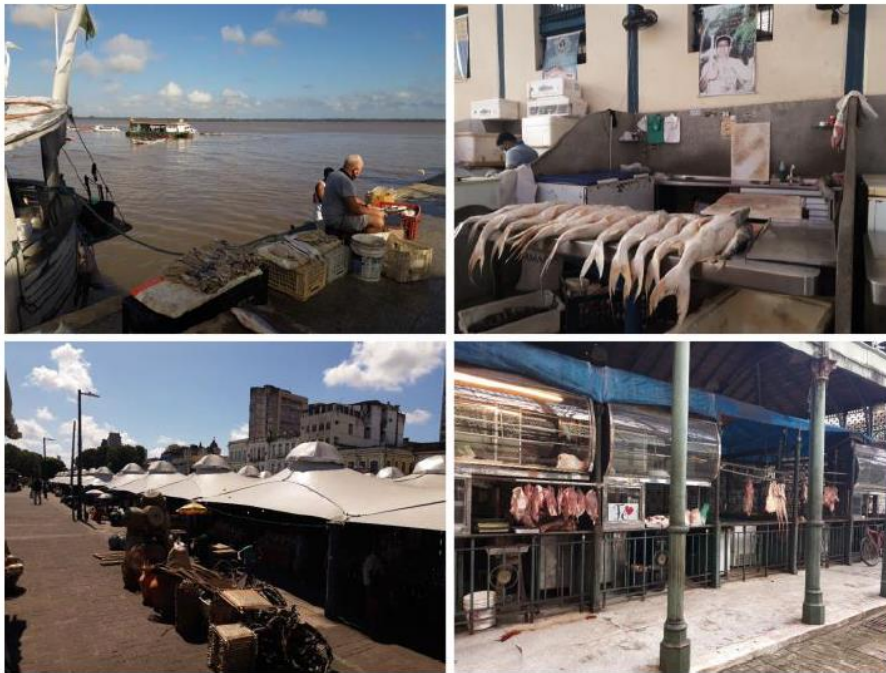
“No Ver-o-Peso tudo contribui para a explosão dessa paisagem única: homem, barco, vigilenga³, canoa, montaria, lanchas, velas tintas pelos corantes tirados da mata, bichos, mastros, frutas, objetos de barro, água suja e oleosa, urubus, lama da maré baixa.

Paisagem cromática, banhada continuamente de sol, sem mangueiras para abrandar a fartura de luz: sol que ali se espoja num à-vontade escandaloso. Paisagem crua, às vezes cheirando a bicho podre (mas só um instante porque o urubu é bon gourmand), de onde escorre o suor da experiência de uma comunidade que vive a poesia rústica do cotidiano.” (TOCANTINS, 1987, p. 327, 328)

³ Tipo de embarcação utilizada para a pesca.

Marcando um início das atividades comerciais na cidade de Belém – que possuía uma posição estratégica tanto para a difusão de produtos vindos do interior amazônico para o mercado internacional e local, quanto para a chegada de produtos vindos da Europa (CARDOSO; LINS; MARTINS; FIGUEIREDO, 2018) –, no século XVII foi inaugurado, às beiras do Rio Guajará e próximo ao Igarapé do Piri, o posto fiscal e comercial Casa de Haver o Peso, ou Ver-o-Peso. Inicialmente criado para arrecadação de impostos e controle das mercadorias que chegassem na cidade, “lá eram pesadas as mercadorias embarcadas, taxadas pelo peso, e os impostos recolhidos para a Câmara de Belém” (LIMA, 2008, p. 37). Segundo Vieira (2020) o local se tornaria efetivamente um ponto de atividades comerciais apenas no século XIX, após o aterramento do Igarapé do Piri e a construção da Doca, seguido pelas demais estruturas físicas dos mercados que compõem o complexo, que surgem como uma referência ao desenvolvimento econômico da metrópole durante o ciclo da borracha. A intenção de assemelhar Belém ao ideal de beleza das cidades europeias, que importavam o látex amazônico, despontou os projetos urbanos de reestruturação e higienização que moldaram aos poucos a estrutura física atual do local, localizado no centro histórico da cidade. O atual Complexo do Ver-o-Peso (Figura 2) – tombado pelo Iphan como Conjunto arquitetônico e paisagístico do “Ver o Peso” e áreas adjacentes – inclui, além dos mercados (de Ferro, Francisco Bolonha e a feira livre – ou mercado da Praia), a Feira do Açaí, a Praça do Relógio, a Praça do Pescador, o Solar da Beira, a Doca, as ruas Boulevard Castilhos França e Ladeira do Castelo e as construções e fachadas que se situam nestas ruas.

Figura 2. Fotografias de alguns pontos do Complexo do Ver-o-Peso



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Doca; Mercado de Ferro; Feira livre; Mercado Francisco Bolonha. Fonte: Acervo da autora, 2021

O Mercado Municipal, ou Francisco Bolonha – arquiteto responsável pela reforma da estrutura do mercado em 1908 –, construído entre 1860 e 1870, é atualmente destinado aos açougues, que se organizam em balcões delimitados por grades de ferro. O Mercado de Ferro, ou Mercado de Peixe, inaugurado em 1901 com sua estrutura metálica trazida da Europa, inicialmente era destinado à venda de produtos como hortaliças, frutas e verduras e farinha d’água, enquanto a venda de pescado se concentrava na doca. Penteado, em seu livro Belém – Estudo de Geografia Urbana (1968), aponta que este último

muito acanhado, não suportou o desenvolvimento comercial de Belém como centro de Região e extravasou, pelas calçadas circunjacentes, onde grande quantidade de bancas em que, vendedores de quinquilharias, sapatos, sandálias de borracha, sabonetes, agulhas, etc., estabelecem confusão, graças ao atravancamento dos passeios, que acabam, afinal, por acarretar. (PENTEADO, 1968, p. 246)

Atualmente é o local no qual se concentra a comercialização dos peixes e frutos do mar frescos, também possuindo uma organização em boxes. A estrutura, composta por suas quatro torres de ferro, se torna um dos principais marcos paisagísticos da cidade de Belém, sendo uma referência visual ao Complexo do Ver-o-Peso. Inicialmente chamada de “Mercado da Praia”, a feira

livre se instalou às beiras do rio Guajará e, segundo as descrições feitas por Penteadó (1968), com base em suas observações datadas de 1948, se tratava de um local com dinâmica desordenada, espontaneamente organizada, com diversos tipos de mercadorias espalhadas pelo chão ou em estruturas improvisadas. O surgimento das primeiras barracas “foi a primeira grande intervenção oficial realizada na feira, durante o primeiro governo de Alacid Nunes, no período 1966/1971.” (LIMA, 2008, p. 48). Atualmente encontramos na feira uma organização setorial segmentada de acordo com o tipo de produto comercializado, tendo seções de hortifrutí, peixe e camarão seco, farinhas, maniva⁴, artigos industrializados, animais vivos, plantas, artesanato, ervas medicinais, entre outras.

O Ver-o-Peso passou a representar, então, o encontro entre práticas cotidianas diversas; a interseção entre dinâmicas complexas e setorializadas, organizadas internamente pelos próprios sujeitos que participam da sua elaboração rotineira – cada grupo de comerciantes, em conformidade com sua categoria de artigos de consumo, participa de um contexto singular, compondo, a partir disso, práticas sociais e de trabalho próprias que constroem, em conjunto às nuances daquele complexo sistema cotidiano, arranjos imagéticos e sensoriais correspondentes a cada um desses sistemas.

A doca, por exemplo, é marcada por uma dinâmica matinal complexa que envolve a circulação do pescado, em uma trama na qual se inserem barqueiros, balanceiros, viradores, carregadores, geladores, pegadores, compradores e peixeiros, incluídos em um sistema econômico que surge de um desdobramento cotidiano da vivência no mercado (SILVA, 2015; SILVA e RODRIGUES, 2016). No setor da maniva, o som dos homens ocupados com o descasque do alimento, próximos à beira do rio, conversa com o odor ardente do tucupi, e seu amarelo vivo que enche sequências enfileiradas de garrafas pet contrasta com o verde escuro do resíduo que escorre dos moedores, transbordando grandes bacias de alumínio com o produto da moagem da folha da mandioca. Na seção de peixe seco, as mantas de pirarucu salgado e seu cheiro carregado competem com o calor e com o ambiente escurecido que se forma abaixo da cobertura de lona.

⁴ A maniva é a folha moída da mandioca, que é base para o preparo da maniçoba – uma espécie de feijoada paraense que leva a maniva cozida e diversas carnes de porco.

Na seção de ervas, novamente o olfato desperta para o conjunto de ervas perfumadas e essências engarrafadas, em um corredor escurecido, preenchido pelos pequenos frascos coloridos que prometem solucionar qual seja sua demanda, junto aos chamados ansiosos dos erveiros para que você se aproxime e a conversa te convença a levar nem que seja o perfume do “chama”. Adiante, então, nos lançaremos sobre este último, buscando desvendar a expressão geográfica da paisagem dos erveiros do Ver-o-Peso e descrevendo esta estrutura cotidiana que compõe o conjunto de práticas espaciais, sociais, sensoriais e imagéticas da paisagem desta seção.

2.6.2. Os erveiros do Ver-o-Peso

(...) porque ao lado da comida, da bebida, dos gêneros de subsistência, dos objetos regionais, dos artigos corriqueiros, há de persistir, sempre, o mundo do sobrenatural. Os anseios de felicidade. Os eternos sentimentos do amor e do ódio. (TOCANTINS, 1987, p. 337-339)

A comercialização dos banhos de cheiro e dos produtos manufaturados, que já ocupavam as ruas da cidade através dos ambulantes, passou a ocupar também a feira do Ver-o-Peso no início do século XIX, unindo-se aos outros artigos, produtos do extrativismo e do cultivo. Se estabelecendo inicialmente no calçadão, as ervas expostas ganham um setor organizado com barracas apenas em 1990, na gestão de Almir Gabriel (VIEIRA, 2020).

Silva (2018), associa o trabalho dos vendedores de cheiro a um desdobramento do ganho de rua, através do qual, durante o sistema escravista no século XIX, a figura das ganhadeiras – ou quitadeiras –, mulheres negras libertas ou ainda escravizadas, ocupava uma posição de destaque no contexto urbano de trabalho. Pós-abolição, a figura das ganhadeiras se destaca pela venda de gêneros de primeira necessidade a preços baixos e pela criação de laços de sociabilidade com a sua clientela. A autora destaca a presença dessas mulheres na cidade de Belém – e a venda dos cheiros para além dos gêneros alimentícios – e sua permanência mesmo durante os processos de reorganização e ordenação urbana pelos quais a cidade passa durante o Ciclo da Borracha, ainda que isso tenha causado conflitos com taberneiros que “saíam no prejuízo já que aquelas além de não pagarem impostos ‘á sombra de meio dúzia de

panellas, vendem todas ou quase todas, os mesmos gêneros que os taberneiros o não podem fazer, sem a competente licença...” (MACÊDO, 2008 apud SILVA, 2018).

Associados a um conhecimento indígena sobre a função das ervas e à pajelança, os erveiros – que, segundo eles mesmos, abrigam “duas culturas: a parte medicinal dos índios e a parte mística dos negros quando vieram da África”⁵ – produtores desses artigos com funções medicinais e mágicas, ganham destaque no contexto cultural paraense, trazendo a utilização dos seus produtos a um contexto cotidiano e turístico, associado tranquilamente à práticas identitárias da região, devido à própria origem regional dos produtos. Os artigos vendidos pelos erveiros e organizados diariamente por eles naquele arranjo que a barraca contém (Figura 3), variam em propriedade, uso e função: encontramos garrafadas medicinais, banhos, perfumes, sabonetes, shampoos, pós, ervas frescas, ervas secas, raízes, troncos, cascas, pomadas, óleos, defumações e provavelmente mais. As garrafadas curam todo tipo de condição, de anemia à impotência sexual, para tomar diluída na água. Os perfumes são utilizados para atrair o amor – “chega-te-a-mim”, “pega-e-não-me-larga”, “faz-querer-quem-não-me-quer” –, ou para atrair prosperidade, dinheiro - “abre-caminho”, “chama”. Banhos variam, para afastar ou para atrair, envolvidos em um ritual que se altera de acordo com a recomendação do/a erveiro/a, “afasta-espírito”, “chama-freguês”, “banho-da-felicidade”. Sabonete de copaíba, óleo de andiroba para tratar inflamação, shampoo de babosa, banha de tartaruga, boa para manchas na pele, seiva de jatobá, leite do Amapá, pó do Tamaquaré para amansar marido, marupazinho, caamenbeca, alecrim, óleo do boto, atrativo-do-amor, patchouli, priprioca, cheiro-do-Pará, em essência (diluída no álcool) ou óleo, ervas para defumação, descarrego.

⁵ Trecho transcrito de entrevista de campo com a erveira Cléia.

Figura 3. Fotografia da banca da Cléia



Os perfumes: “O alecrim eu gosto de usar, jogar na casa, tomar banho, que é pra purificar, tirar as vibrações negativas, o feitiço-do-amazonas cheire pela tampa, se não você vai ficar sufocado que é forte” – Cléia. Fonte: Acervo da autora, 2021.

As instruções para os rituais de uso variam entre os erveiros, alguns passam instruções mais genéricas, outros mais específicas, com passo a passo detalhado. O banho afasta-espírito (um dos banhos de descarrego), criado por seu Zezinho, deve ser diluído em uma bacia com água, e utiliza-se essa mistura durante um banho noturno, jogando-a apenas do pescoço para baixo. Depois disso, ele recomenda realizar algo que estimule a transpiração – sugere uma caminhada fora de casa – e depois um novo banho para limpar os resíduos do banho do corpo (não se pode dormir com o banho de descarrego no corpo), realizando assim a limpeza completa. Cléia recomenda, no dia seguinte do uso do banho de descarrego, a utilização dos atrativos, também dissolvidos em água, ou utilizados na forma de perfumes, da cabeça aos pés, mantendo o resíduo no corpo. Ela também recomenda a utilização de ambos os tipos de banhos no ambiente doméstico ou de trabalho, para purificação. Os descarregos, então, são proibidos do pescoço para cima, enquanto os atrativos possuem uso livre.

Além disso, segundo os erveiros, existem as ervas cheirosas e as de descarrego, ou fedorentas – as cheirosas, de cheiro realmente agradável, com as quais são preparados os perfumes e as garrafadas que podem ser ingeridas, possuem funções atrativas e curativas: “chama-freguês”, “atrativo-do-amor”, “chama”; os produtos das ervas de descarrego, por sua vez, possuem um cheiro mais carregado, não exatamente

“perfumado”, não podem ser ingeridos pois possuem as “ervas bravas”, mas são utilizadas para o preparo de “banhos de limpeza”, com funções relacionadas à repulsão, como o banho “afasta-espírito”.

Figura 4. Fotografia de uma banca de cheiro iluminada por uma lâmpada



A caatinga-de-mulata: “caatinga-de-mulata é uma erva muito cheirosa, serve pra abrir caminho, pra sorte, pra quem tem entidade pra aparecer a coroa, mas na medicina o chá dela com outras ervas que acompanham ela, pra pressão, pra coração, pra derrame, tanto pode fazer chá pra beber quanto pode fazer infusão pra passar no local.” – Seu Zezinho. Fonte: Acervo da autora, 2021

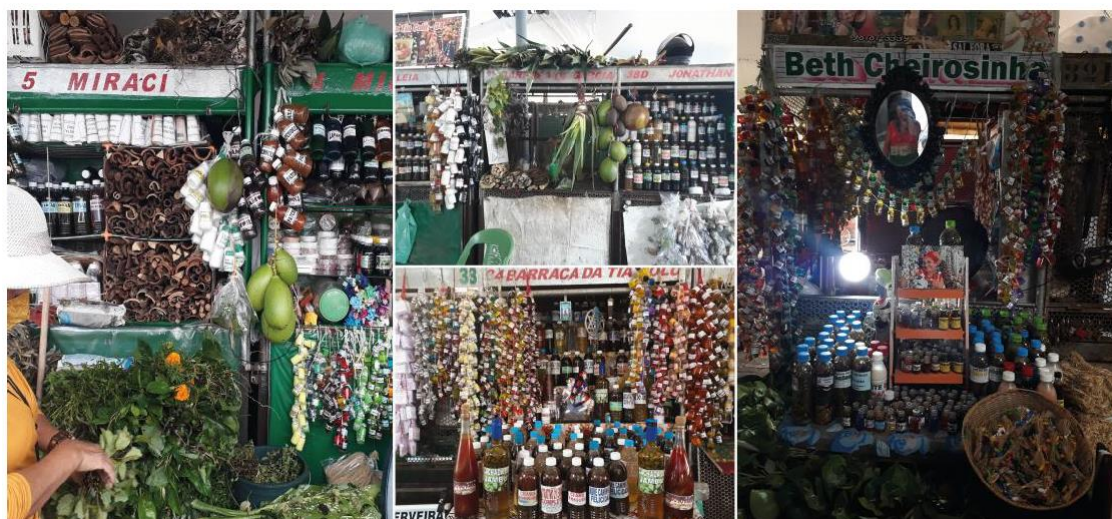
Alguns artigos, então, – e até mesmo as decorações de algumas barracas (Figura 4) – se associam à práticas religiosas, seja para religiões de matriz africana, por meio das ervas para defumação e banhos, ou para rituais de celebrações católicas do dia de São João, Santo Antônio e São Pedro. Tocantins (1987) aponta que o banho de São João vem do costume português de tomar banho-de-rio no dia do santo, substituído na capital paraense, na impossibilidade de se banhar no rio, pelos banhos-de-cheiro, que se tornam uma forma simbólica e perfumada de ablução. “Aqui é bom, deixa vocês chegarem pelo São João também que é muito bom aqui, quem chega aqui pelo São João, Natal e ano, quando chega lá pelo dia 23, 24 nós estamos já abaixando todas nossas novidades: o banho cheiroso” comenta Cléia.

2.6.3. Observações sobre a estrutura da seção e a disposição das barracas

O setor de ervas se situa entre o Solar da Beira – um prédio neoclássico que atualmente tem função turística – e o Mercado de Ferro. A seção se constrói em corredores e para percorrê-la inteiramente é necessário fazer um percurso em vai-e-vem, sendo a disposição das barracas organizada em quatro fileiras, duas de frente para o corredor central da seção, e duas apontando para a parte externa, para o Solar da Beira de um lado e para o Mercado de Ferro, de outro. Entre as duas fileiras de barracas de cada lado, existe uma pequena separação, pela qual, no entanto, não se consegue caminhar – um corredor estreito utilizado para separar as costas das barracas. O corredor central é escurecido, a cobertura de lona permite entrar apenas alguns feixes de luz, sendo comum a presença de barracas com luminárias ou lâmpadas utilizadas para iluminar os produtos.

As bancas, feitas de uma estrutura de ferro e madeira, se situam coladas lado a lado e possuem uma espécie de “porta” que abre e fecha, possibilitando que os erveiros guardem os produtos no seu interior quando retornam para casa, e acima de cada uma existe a sua numeração e a identificação do dono da barraca. A disposição dos produtos na banca é feita de acordo com a criatividade e com as particularidades do erveiro, e a presença visual dos produtos predominantes age singularizando cada uma delas: algumas são carregadas dos vidrinhos coloridos dos perfumes, amarrados em barbantes e pendurados na barraca, em outras se observa a presença mais forte de garrafas contendo as garrafadas ou os banhos; algumas possuem mais ervas frescas empilhadas em banquetas, ou penduradas, outras mais ervas secas ou raízes; outras ainda possuem mais produtos como pomadas e sabonetes, o que modifica também a estética visual da barraca devido ao tipo de embalagem que cada produto demanda (Figura 5). Além da disposição dos produtos comercializados, as barracas, normalmente, possuem qualquer tipo de “decoreação”, como fotografias, adesivos, bandeiras, itens religiosos como estátuas de santos, espelhos, luminárias, colares e miçangas penduradas. Alguns erveiros ainda, procuram destacar a barraca pela cor do barbante que amarra as garrafinhas ou construindo a partir do próprio barbante com vidrinhos, um ornamento.

Figura 5. Figura feita a partir de fotografias de diferentes barracas



Para problemas intestinais: “O chá é caamembeca, sucuriçu e marupazinho, aí você tira duas batatas de marupazinho, três folhas de sucuriçu, e uma raiz de caamembeca pra um litro com água, ferve em conjunto os três juntos, aí toma dois comprimidos da creolina por dia, o chá é pra tomar diariamente feito água. Se quiser logo já fazer tudo de uma vez já deixar na geladeira pra ir tomando feito água é bom, aí tem que voltar aqui pra me dar esse resultado.” – Beth Cheirosinha. Fonte: Acervo da autora, 2021

2.7. Discussão e Conclusões

A seção de ervas nos desafia a torcer as escalas da estrutura da paisagem construída pela modernidade enquanto “vista panorâmica distante” (BESSE, 2014). Não existe possibilidade de se tomar uma distância que permita encaixá-la em um ideal contemplativo entre observador e espetáculo; ao contrário, para observá-la é preciso se comprometer com uma certa proximidade com o que se deseja ver. Não é possível vê-la sem se aproximar. Mesmo porque a sua situação posicional demanda que se adentre pelos corredores da feira, que se tome uma posição aproximada relativa a ela. Não existe vista distante, aérea ou panorâmica que contemple o setor de ervas. Se trata de um corredor, composto por pequenas bancas e seus respectivos proprietários, coberto por uma lona branca. É uma paisagem que quase não permite uma contemplação tranquila sem que haja a interrupção por um chamado, um burburinho, um caminhar. Mesmo com esse jogo limitado de posições permitidas, ali se constrói um arranjo de elementos que, cotidianamente, em conjunto e situados, com suas práticas, compõem uma unidade simbólica que age, com seus elementos não somente visuais, mas que ativam a percepção do observador localizado como

um todo, na construção de significados espaciais. Se propor a observá-la e percebê-la é se propor a estar vulnerável à sua ação sobre o observador, é deixar de ser somente observador para participar daquele arranjo e do que ele pode despertar.

Esta paisagem não se dissocia dos sujeitos que a constroem cotidianamente, principalmente porque, além de participarem da composição visual da paisagem, se situando de frente às barracas, eles atuam diretamente na configuração do arranjo dos elementos visuais e olfativos. Todos os dias se monta e se desmonta a barraca (Figura 6), todos os dias a disposição visual da barraca é arquitetada a partir de uma intenção mental do sujeito de como ela deve se mostrar e do que não se deve mostrar, seguindo um certo tipo de norma visual que existe ali. As decisões de como se portar, como configurar o arranjo da barraca, como iniciar a comunicação e mantê-la com o freguês, se guiam a partir da intenção de atender aos sentidos que o transporte das práticas ancestrais ao ambiente urbano mercantil adquire (VIEIRA, 2020).

Este contexto associado às imagens sensoriais que se constroem na seção contribui para a afirmação dos significados simbólicos dessa paisagem, que participam de diversos esquemas de intimidade com os sujeitos externos, exigindo ou não uma carga de experiências familiares para que haja uma identificação sentimental com a paisagem e com as práticas transportadas por ela. Chegar à seção de ervas sem uma carga de experiências que se relacionem com os elementos que a compõe, como na prática do turismo, desperta sensações de identificação diferentes para com o que se percebe sensorialmente, se compararmos a ida ao local a partir de uma intenção baseada em experiências cotidianas de uso dos produtos, ou de conhecimento sobre o que aquela seção representa dentro daquele específico contexto cultural. Percebe-se um fragmento disso questionando os erveiros, por exemplo, sobre os produtos pelos quais os turistas mais se interessam: o “cheiro-do-Pará”, um perfume feito da essência do patchouli e pirioca, principalmente, ervas que “traduzem” um sentimento olfativo de estar no Pará, contrastando com os anseios de cura, tratamentos medicinais ou pelas “magias”, mais associados aos compradores locais.

Figura 6. Fotografias dos erveiros preparando suas bancas pela manhã



Para amansar marido: “O pó ou o óleo do tamaquaré você coloca no café ou no suco pra amansar o marido, ou pra parar de fumar, qualquer um dos dois funciona.” – Robertinha. Fonte: Acervo da autora, 2021

As dimensões imagética e olfativa, então, atuam unidas, singularizando esta paisagem através da ordenação de uma ambiência muito própria. Os elementos visuais seguem uma lógica geral, mas cada barraca também possui sua particularidade. Os produtos manufaturados pelos próprios erveiros se diferem em rótulo dos produtos terceirizados, comprados prontos; barracas com intenções mais curativas (Figura 7), medicinais, se diferem de barracas com mais vidrinhos de perfumes; algumas possuem mais produtos in natura, outras apenas preparados; alguns erveiros possuem mais de uma barraca, podendo dispor os produtos de forma mais espaçada, outros, por vezes, ultrapassam os limites da própria barraca com produtos pendurados aos montes; algumas possuem decorações, como já foi citado, e outras apenas os produtos; alguns produtos se escondem – o óleo do tamaquaré, por exemplo, proibido, segundo os erveiros, porque envolve a morte do animal, se encontra em algumas barracas, escondido por entre as garrafas maiores; só aparece a partir da demanda, e se mostra no líquido, também escondido em meio a uma trama de ervas engarrafadas, o pequeno lagarto –, outros se destacam pelas cores vibrantes. Esse movimento de decisões, e de normas, de o que fazer com aquela pequena estrutura que lhe é dada constrói, tanto uma unidade visual própria da seção, quanto pequenos fragmentos visuais centrados nas barracas, de onde partem dispositivos visuais de percepção e a possibilidade aberta de ser guiado por aquele sujeito nas formas de uso dos produtos, afirmando a seção enquanto um espaço de exposição, tornando os objetos visíveis a partir de suas posições, que também nos traduzem algo sobre eles mesmos (GOMES, 2013).

Figura 7. Fotografia da banca do seu Zezinho



Para limpeza e descarrego: “o banho de descarrego eu prefiro assim: se joga a água, toma o banho normal, depois tira 5 tampinhas numa porção de água e toma banho do pescoço pra baixo. Deixa secar naturalmente, tá? Secou naturalmente, tu passas um creme de corpo, uma colônia, não se preocupa com o cheiro. Agora assim, eu prefiro que tire só de tarde ou a noite, passar o tempo todinho ali com ele no teu corpo, não pode tirar na mesma hora não.” – Suzana. Fonte: Acervo da autora, 2021.

O olfato, por sua vez, participa de um jogo maior em um arranjo que envolve o mercado como um todo. Devido à sua espontânea efemeridade, não existe “o cheiro desta barraca”, mas sim o cheiro que emana da seção como um todo, do conjunto de todos aqueles perfumes preparados, ervas e raízes que se misturam, formando uma nuvem aromática dentro da cartografia olfativa do mercado. Existem, no entanto, performances olfativas realizadas pelos erveiros que caracterizam uma prática de ativação dos sentidos. É comum abrir frascos para que o cliente sinta o aroma do perfume, assim como é uma prática habitual amassar as ervas na mão, tanto na própria quanto instruindo o cliente para que faça ele mesmo, para que possa assim, levá-la próxima ao nariz e sentir o cheiro da erva fresca. Existe a criação cotidiana de um mundo olfativo próprio, onde os odores se complementam às imagens, às performances e às tentativas de classificação nominais.

Os elementos desta paisagem sugerem deslocamentos e práticas espaciais relacionadas tanto aos usos ou à função dos preparados – com a

simples sugestão de um passeio durante o ritual de descarrego ou os deslocamentos interestaduais de pessoas que chegam de outros estados com listas de encomendas enormes – quanto aos próprios ritmos do cotidiano dos erveiros: os mesmos comentam que chegam cedo quando precisam ainda comprar as ervas frescas, no próprio mercado, com a figura do “mateiro”, responsável pelo atravessamento das ervas *in natura* entre os produtores – por vezes eles mesmos ou suas mães e avós – e os erveiros. Outros comentam que além de comprar as ervas com os mateiros, “arrancam mato” pelo caminho, quando encontram ervas no percurso entre sua casa e o mercado.

Figura 8. Fotografias de bancas e seus erveiros



A pomada milagrosa: “cada qual sabe seu segredo de fazer, o meu é andiroba, copaíba, pequi, arnica, cânfora, sebo de carneiro, além disso tira a tintura das raízes e ervas, pra botar no meio, pra artrite, artrose, bursite, coluna, derrame, pra AVC e pra dor de cabeça.” – Cléia. Fonte: Acervo da autora, 2021

O chamado à paisagem partindo de uma metodologia distante não envolve comumente a escala do próximo ou a escala do corpo. A paisagem dos erveiros, no entanto, a partir de sua composição, se associa a uma paisagem ritual, da cura, de anseios e vontades não somente materiais, uma paisagem na qual os dispositivos visuais e os odores – para além da sua simples percepção, mas associados às suas funções – induzem e guiam práticas simbólicas e que extrapolam o mundo físico, estabelecem regras que criam uma cartografia sobre os usos e narrativas sobre o espaço. A paisagem, enquanto ativa na reprodução deste tipo de prática, atua também sugerindo outras formas de agir sobre o mundo, inserindo mecanismos olfativos, desdobrando outras formas de se colocar no espaço e de habitá-lo pelo simples ato de carregar consigo um cheiro

ou de realizar algum dos rituais. O processo de arranjo dessa paisagem motiva e convoca práticas espaciais que complementam o exercício da produção dos artigos e as trocas cotidianas intersubjetivas entre erveiros e seus clientes.

Confirma-se, por fim, que o simbolismo do Setor de Ervas dentro do contexto urbano de Belém – como palco para a materialização de saberes e conhecimentos tradicionais, populares e ancestrais sobre a utilização das ervas para a cura e para solucionar problemas cotidianos de todo tipo – se afirma no diálogo entre as dimensões imagéticas e olfativas desta paisagem, a partir das cores, das formas, das nomenclaturas, dos rituais e da composição dos preparados e dos seus respectivos perfumes, retirados de uma alquimia das ervas. E este diálogo, situado nesta seção do Mercado do Ver-o-Peso, participa da reprodução de práticas e de discursos que configuram uma forma própria de entender a relação entre corpo e espaço, além de nos encaminhar em direção à percepção de uma outra forma da paisagem – posicionando-a a partir de um olhar em uma outra escala, na qual os sujeitos ocupam um papel central – além de outras formas de agir sobre e de organizar o mundo, tencionando a normatividade sensorial moderna que já vem sendo redefinida (THIBAUD, 2012).

3. Inquietações e questões de uma trajetória

O período entre o desenvolvimento da ideia do projeto de Iniciação Científica e a escrita do relatório final foi carregado de incertezas. Inicialmente, o acolhimento do tema não se deu de forma tão intencional, mas cresceu aos poucos a vontade de aprofundá-lo. Confesso que, a princípio, havia certa relutância em tomar como foco os erveiros e seu setor, apesar de minha sempre presente admiração, devido ao medo de acabar por reafirmar uma imagem fetichizada e romantizada dos, assim chamados, “bruxos” do Ver-o-Peso, imagem que apareceu em diversos dos inúmeros trabalhos produzidos neste âmbito – não acredito, por fim, que fui bem sucedida na intenção de não reafirmá-la. Pretendia, sim, explorar o Mercado em sua totalidade, como unidade de expressão de uma identidade regional.

Após algumas conversas com o orientador para que definíssemos os recortes, no entanto, decidimos que, talvez justamente por esta questão anterior, seria interessante adotar a temática, buscando trazer outros focos para o tema. Foi definido como objetivo, então, buscar compreender as geografias do Setor dos vendedores de cheiro do Mercado do Ver-o-Peso, em Belém (PA), sobretudo sob o aspecto da dimensão olfativa da paisagem, entendida, aqui, a partir da perspectiva cultural – deduzindo que esta seria muito expressiva –, ainda que não soubesse decerto como. Bom, o primeiro movimento de pesquisa realizado na graduação, a escrita do projeto de IC, se deu neste sentido. A partir daí, entre a aprovação do projeto – que foi contemplado com uma bolsa do CNPq – e o desenvolvimento do relatório final, digamos que foram superados alguns percalços.

3.1. As paisagens olfativas

A escolha da paisagem como ponto de partida para a elaboração da pesquisa foi, inicialmente, apresentada pelo meu interesse sobre o conceito, despertado durante as aulas de Geografia Cultural do meu primeiro período da graduação. Havia chegado no curso de geografia quase que acidentalmente, depois de finalizar quatro períodos do curso de Física, e me via um pouco

cansada – ou querendo fugir – dos fatos exatos. Vendo hoje, acredito que a escolha da paisagem, da renomada categoria geográfica da percepção, dos significados, e, por vezes, da sensibilidade, se deu nesse contexto.

No entanto, acredito que até o momento da escrita do relatório parcial, a atenção e a importância que eu atribuía às chamadas *paisagens olfativas* para desenvolver o projeto ainda era, de fato, talvez excessiva – foi até mesmo proposta a ideia de realizar um mapa olfativo do mercado. Lia ainda muitos textos com esta orientação e não nego que esta ideia foi relevante para o desenvolvimento de certas questões tangentes à pesquisa, principalmente no que concerne o entendimento da existência de um ordenamento hierárquico das formas de percepção da paisagem na modernidade. Uma leitura específica, no entanto, chamou minha atenção para este apreço desmedido por esta ideia. Alain Corbin, em seu livro “L’homme dans le paysage” (2001) – que se trata, na verdade, de uma entrevista mediada por Jean Lebrun –, é posto sobre a seguinte pergunta: “Le paysage olfactif existe-t-il?”. À esta questão ele responde, precisamente:

il est difficile de parler de paysage olfactif, quel que soit l'intérêt porté aujourd'hui aux odeurs. On peut, certes (...) reconstituer et imaginer l'environnement olfactif d'autrefois. On peut déduire des documents les odeurs de telle ou telle rue à telle ou telle époque.

(...) Il est possible d'assurer que tel endroit sent ceci ou cela, puis de procéder à un autre constat trois ou quatre mètres plus loin, mais l'analyse reste très sommaire et ne permet pas de distinguer des plans, de construire un espace, un panorama, bref un paysage olfactif. (...) De nos jours, les touristes se précipitent vers les jardins médicinaux ou liturgiques mais on ne peut, por autant, parler de paysage olfactif, quelle que soit notre conscience croissant des pouvoirs de l'odeur (...) – (Corbin e Lebrun, 2001, p. 45, 46, 47)

Confesso que me espantei ao concordar com o que foi exposto. De fato, a partir daí, foi decidido que a ideia de paisagem olfativa não seria adotada, mas sim questionada, porém sem que se retirasse a importância situada atribuída aos aromas. Desta forma, a dimensão olfativa passa a ser pensada em associação à dimensão imagética, e ambas em articulação às narrativas, às intenções e às performances dos erveiros na Seção.

A partir dessa ruptura com a orientação teórica proposta inicialmente, o que se verificou foi uma modificação nas prioridades adotadas na pesquisa. Em outras palavras, ao invés da importância atribuída inicialmente à fragmentação

da paisagem para encaixá-la na temática proposta – da importância da dimensão olfativa –, o que passa a ser central é o movimento contrário: o enquadramento da seção sob a categoria da paisagem, apesar da articulação entre suas diferentes dimensões, o que provocou um movimento de discussão do conceito de paisagem e a justificativa de uma questão de escalas que se apresenta. A partir dessa discussão, ao fim, se revela a questão da percepção e da sensorialidade, que nos permitem discorrer, então, sobre os sentidos concedidos à dimensão olfativa em tal situação. Fazendo um parêntesis, olhando agora, acredito que muitas destas questões ficaram, talvez, presas mais na minha cabeça do que de fato aprofundadas no trabalho, por isso acredito que este relatório tenha sido apenas um esboço do que realmente se pretendia ter feito.

3.2. Ida a campo

O próximo passo, após terem sido fixados os caminhos conceituais, foi definir a metodologia do trabalho de campo. Inicialmente, no projeto, foi proposta como a metodologia do campo um movimento de entrevistas narrativas com os erveiros no próprio mercado, para verificar os aspectos da ação dos mesmos na organização da paisagem. Cheguei em Belém cerca de 20 dias antes de ir a campo, em maio de 2021, e neste período ajustei o percurso de entrevistas não muito delimitadas, com perguntas amplas e em pequeno número.

A primeira visita foi, então, orientada neste plano. Ao chegar à seção foi feito, inicialmente, um percurso inicial focado na observação e após isso, iniciei as entrevistas - conversei com cerca de cinco ou seis erveiros neste primeiro dia. As conversas, infelizmente, não foram gravadas – mais por um nervosismo de primeira vez em campo do que por qualquer outra razão –, mas tentei transcrever o máximo possível. Após esse primeiro dia, no entanto, percebi que não teria viabilidade um movimento de entrevista narrativa no mercado, pois este simplesmente não se encaixava ao contexto e nem todos os entrevistados tinham esse tipo de disponibilidade no momento. Acredito que tenha conseguido realizá-lo apenas com Seu Zézinho e Suzana, que foram muito receptivos e comunicativos, mesmo em meio ao burburinho e às visitas de clientes.

Além das entrevistas, as imagens ocuparam um importante aspecto da metodologia do trabalho. Assim sendo, a primeira ida ao setor não contou com uma orientação específica no que concerne a realização das fotografias, tendo sido mais focada na observação. O intervalo entre a primeira e a segunda visita, então, foi destinado à delimitação dos focos das imagens. Entendendo que o setor possui uma espécie de uniformidade visual geral, porém que, simultaneamente, se constroem fragmentos desta uniformidade, situados na unidade das barracas, definiu-se que teríamos como direcionamento na utilização das imagens a fração das barracas. Sendo assim, seria possível realizar uma articulação entre as entrevistas, as fotografias, e a uniformidade geral que se constrói a partir destas unidades. A partir destas questões iniciais, foram realizadas mais duas visitas, a segunda ainda focada nas entrevistas – agora mais direcionadas –, e a terceira mais focada nas fotografias.

Afirmo que, de fato, as entrevistas foram muito importantes, para além do desenvolvimento do próprio trabalho, no processo de repensar e de desdobrar o trabalho para outras perspectivas. Principalmente as conversas com Seu Zezinho e Suzana, acredito, foram fundamentais para identificar o aspecto territorial tanto das práticas de cura, relacionado aos próprios rituais que as envolvem e aos deslocamentos que se realizam entre a rede do comércio da cura na capital paraense, especificamente, além de indicar, neste âmbito, a diversa gama de agentes essenciais na manutenção desta rede – como, por exemplo, para além dos erveiros e dos revendedores, os mateiros, os barqueiros, entre outros. A partir disso é que se delineia o entendimento de que, de fato, os erveiros – ou os vendedores de cheiro – do Ver-o-Peso compõe uma rede complexa de relações espaciais que se dão no campo de um contexto médico-curativo regional.

3.3. Mudando os focos

Após a finalização da escrita do relatório final de IC e da produção do vídeo de apresentação da pesquisa na Jornada de Iniciação Científica da UFES – em novembro de 2021 –, houve uma pausa de cerca de 3 meses até que começasse a pensar em desenvolver o projeto de mestrado. O primeiro

movimento, no entanto, se deu pouco antes disso, quando enviei meu relatório para Yasmin, indicada por uma colega do Pará que fazia mestrado no PPGG-UFES. Decidi enviar o trabalho pois, até então, ninguém que conhecia o Ver-o-Peso o havia lido, e pensei que seria importante ouvir outras sugestões. Yasmin me respondeu em novembro com um pequeno e-mail no qual enviava algumas recomendações sobre de onde poderia partir para desdobrar a pesquisa. O que mais me chamou atenção, no momento, foi um apontamento sobre a importância de realizar uma discussão sobre o papel das particularidades religiosas na Amazônia, em se tratar, principalmente, da religião como um elemento da diversidade cultural regional – em especial na figura do *caboclo* amazônico e da confluência entre a religiosidade indígena, os cultos de origem africana e a adoração aos santos do catolicismo popular –, indicando a presença dos símbolos na imagem a seguir (Figura 9), que também aparecem na segunda (Figura 10):

Figura 9. Barraca com uma imagem de Jesus



Fonte: acervo da autora, 2021

Figura 10. Barraca com uma imagem de São Jorge



Fonte: acervo da autora, 2021

A partir dos apontamentos e das indicações de leituras que ela havia me enviado, começaram a se delinear algumas ideias sobre um possível projeto de mestrado. Primeiramente, a intenção era seguir tratando a manipulação das ervas para a cura e, também, para os chamados *anseios de felicidade* (Tocantins, 1987) – os perfumes e os sortilégios produzidos pelos erveiros –, buscando entender essa produção contra hegemônica de promoção popular da cura como motivação para um ordenamento territorial, considerando as feiras, as bancas de ervas na cidade, os deslocamentos dos mateiros e a própria origem das ervas como parte deste arranjo. Além disso, buscando inserir esse contexto de produção no âmbito das particularidades regionais da forma com a qual a religiosidade se expressa na Amazônia. Já estava em meus planos, também, fazer uso de uma leitura decolonial do território, buscando compreender as outras racionalidades produtivas ativas no mesmo e os conflitos com uma racionalidade hegemônica imposta – plano que parte, principalmente, de uma frustração de não ter o feito ainda durante a Iniciação Científica, na qual a intenção de tencionar a categoria da paisagem acabou, sem querer, me limitando à imersão na leitura dos autores franceses.

Por volta de fevereiro deste ano iniciei as leituras e, especialmente após a leitura de Raymundo Heraldo Maués em *Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião* (2005), me interessei pela pajelança, e elaborei uma proposta que se distanciaria da inicial, e teria como foco tratar os processos de desterritorialização das práticas curativas e religiosas dos pajés na Amazônia durante a colonização, procurando entender a origem de uma reformulação das práticas de cura pré-coloniais e seus resultados, porém os objetivos ainda não estavam tão claros.

Após outras leituras, como, principalmente, Figueiredo (2003), Pimenta (2003), Silva (2014), Rodrigues (2008), e, também, após considerar as sugestões do professor Cassio na primeira orientação, foi possível definir a questão que seria, de fato, trabalhada. Desdobramentos da intenção inicial me fizeram chegar ao tema dos conflitos travados entre a diversa gama de agentes da cura em atuação na região amazônica – reduzindo especialmente para Belém (PA) – buscando compreender a expressão territorial destes conflitos. A partir desta definição, e de precisar o recorte temporal que seria trabalhado, iniciei a escrita do projeto.

Talvez a principal dificuldade da escrita tenha sido renovar todo o material do qual já havia me apropriado durante os três primeiros anos da graduação no que concerne minha autonomia na pesquisa. Largar de mão das discussões que já estavam na ponta da língua e dos autores que me acompanharam e com os quais tanto me identifiquei de início no meu percurso na geografia – principalmente, posso citar, Jean Marc-Besse, Augustin Berque, Yi-Fu Tuan e Paulo Cesar da Costa Gomes – não foi tão confortável. Não que fosse necessário me distanciar destas discussões e destas temáticas, mas essa escolha fez parte da minha intenção de mudar os focos para conseguir aprofundar outras questões que, agora, já se tornavam centrais.

Agora, o foco do meu interesse com o projeto é compreender, de fato, os aspectos conflituosos das relações entre as diferentes classes que promoviam a cura no Brasil, entendendo as relações de poder que fomentavam estes conflitos e os desdobramentos territoriais destes sobre a agência da cura. A partir daí, é possível perceber, talvez, as diferentes formas que tomam, com o tempo, a medicina popular, a ervanaria, os curandeirismos e a pajelança. Busco ter como

foco, principalmente, o século XIX, uma vez que, então, as diferenças entre os receituários de uma medicina acadêmica e de uma popular não se mostrava com tanta evidência – diferença que se aprofunda, de forma mais abrupta, ao longo do século XX –, sendo possível, assim, observar os interesses de uma classe médica, em formação, sobre um processo de estigmatização dos outros terapeutas, que ainda contavam com grande apelo popular. A seguir podemos ver o primeiro esboço do projeto de mestrado.

4. Conflitos no campo das artes de curar: aspectos da territorialidade difusa das práticas médicas na Belém do oitocentos

4.1. Introdução

O presente trabalho propõe-se a observar os aspectos de uma territorialidade difusa que se impõe sobre a agência das artes de curar em Belém, ao longo do século XIX, como resultado da emergência de um novo contexto médico-curativo, concebido a partir de disputas travadas entre a vasta gama de terapeutas populares em exercício e uma classe médica em processo de oficialização. Entendendo o encontro com a racionalidade/modernidade europeia e a imposição da missão civilizadora na América como um impulso à reformulação das concepções de cura e de saúde entre as diversidades culturais que se chocam nesta reunião, interessa um olhar sobre a linha do tempo, traçando um paralelo que contemple desde o nascimento do embate entre a pajelança indígena e a missão jesuíta, até a disputa institucional travada entre uma medicina oficializada – científica – e as práticas operantes de terapia popular, que ocupavam papel de destaque na Amazônia brasileira. Interessamos, então, descrever a transição pela qual passam as práticas médicas no oitocentos, os conflitos entre seus agentes, e sua distribuição territorial à luz destas reformulações simbólicas – tendo em vista o crescente imperativo por uma modernização forçada sobre a ação dos pajés, curandeiros, mezinheiros, boticários, e outros agentes da cura não institucionalizada.

À ação da diversa gama de curandeiros populares ainda em atuação no período atual atribui-se, comumente, o estatuto do resgate de práticas tradicionais pré-capitalistas, evidenciando a alteridade entre a medicina do método científico e os saberes tomados pelo vínculo com a magia e com o sobrenatural. Atentamos, no entanto, para o entendimento de que o estabelecimento dessa pluralidade de formas nas quais essas práticas se apresentam na atualidade, resulta de um processo de encontros e reformulações. Observando aspectos da diversidade religiosa popular na Amazônia brasileira, por exemplo, é possível descrever, sem complicações, esses processos⁶, no sentido em que a interação entre as concepções de cura indígenas assentadas na pajelança, as particularidades do

⁶ Ver Maues (2005)

tripé mágico-ritualístico-curativo da religiosidade de origem africana e a crença no poder dos santos do catolicismo popular, os revelam. Estes encontros, no entanto, são promovidos por processos essencialmente modernos, enquadrando este chamado “retorno” à tradição como, na verdade, um retrato da permanência de vestígios das cosmovisões não hegemônicas que persistiram aos processos de apagamento promovidos pela racionalidade capitalista imposta, e oficializada, pela colonização. Pretende-se, com isso, resgatar as causas e as consequências destas transições, inseridas em um constante deslocamento entre a desterritorialização e a reterritorialização das artes de curar na Amazônia, especificamente em Belém.

Na busca pelo esboço do terreno dos conflitos entre as práticas de cura operantes no período em questão, revela-se a centralidade do nexo ciência-religião, tornando-se indispensável considerar as formulações que se desenvolvem nesse campo. Tomaremos como pilar, o processo de cientificação que domina a modernização capitalista, e da conseqüente tentativa de apagamento e desqualificação das práticas não mediadas pela razão científica. Nesse sentido, a autonomização da ciência e, posteriormente, da medicina, que promovem a institucionalização e a oficialização das práticas de cura “científicas”, mobilizam e fundamentam a tentativa de ocultação e eliminação das terapias divergentes e de seus praticantes. Desta forma, afirmamos a imposição progressiva pela cientificação e das novas formas mercadológicas de mediação das relações como motivadoras de um deslocamento das práticas da cura popular para uma territorialidade difusa e, por vezes, propositalmente oculta, além de também impor o discurso de estigmatização dessas práticas, devido ao interesse pela busca do monopólio das artes de curar, de seu controle e subordinação à medicina oficial, através da associação entre cura popular, feitiçaria, superstição, ignorância, incivilidade e charlatanismo.

Se faz necessário estabelecer um diálogo entre essa linha do tempo de conflitos envolvendo as formas de cura oficiais e não-oficiais e este movimento de modificação do agenciamento das relações sociais pelo estabelecimento da forma de produção capitalista na colônia, entendendo que a partir disso, as práticas de cura se deslocam progressivamente de um simbolismo ritualístico e assistencialista, de fato, para ocupar, além disso, o terreno do mercado, sendo

a incessante busca pelo monopólio da cura pelas classes dominantes e a estruturação da classe médica, instrumentos para sua efetiva mercantilização (Bosi, 2005). Sugerimos, então, que o encontro com o processo colonial desponta os inícios de uma conversão de sentidos sobre as práticas e os rituais curativos e religiosos e de uma transição para a pulverização dessas práticas, e de seus conflitos, sobre o território, tendo em Belém no oitocentos, um dos cenários talvez mais emblemáticos.

4.2. Objetivos

Objetivo Geral

- Compreender a articulação entre a emergência de um novo contexto médico-curativo no século XIX e a constituição de uma territorialidade difusa da agência da cura em Belém (PA).

Objetivos Específicos

- Descrever a linha do tempo da agência da cura no Brasil, destacando suas reformulações;
- Identificar os recursos de regulação sobre o exercício das artes de curar que operaram em Belém, e no Brasil, no oitocentos, suas formas de atuação e seus efeitos;
- Investigar os processos de institucionalização e de oficialização da medicina, em especial em Belém, tendo em vista o panorama nacional;
- Nomear a vasta gama de agentes da cura em exercício neste período em Belém, e suas práticas, identificando as matrizes epistemológicas que guiavam o exercício da cura não-oficial ao longo do Império e do início da República.

4.3. Justificativa

Este trabalho se justifica na medida em que importa trazer ênfase ao elemento espacial que aparece de forma sutil nos estudos sobre o cenário da cura no Brasil. Nesse sentido, e tendo em vista que o debate acerca dos conflitos

entre os agentes da cura, apesar de se apresentar de forma bem desenvolvida no campo da História Social, se concentra, numericamente, mais elaborado com foco ao início do período republicano no Brasil, busca-se realizar uma análise que considere os desdobramentos de sua dimensão espacial, realizando um percurso que contemple não tão somente o panorama que se desenvolve a partir da institucionalização da medicina acadêmica, mas que alcance um encadeamento mais completo de elementos que resultem nestes termos.

Sendo assim, a escolha do período do oitocentos, envolvendo desde o término do período colonial até o início da República, se dá na intenção de abranger uma sucessão de eventos consideráveis para a afirmação deste movimento transicional da agenda da cura no Brasil, que passa, ao final do período, a ser gradualmente ordenada pelo Estado através da medicina oficial, apesar da afirmada continuidade das práticas populares, ao centro deste enredo. Ao longo do século XIX, vemos que os conflitos no cenário médico-curativo se intensificam, observando que, até então, as práticas de cura não se apresentavam, de forma tão intensa, sob os olhos de uma classe que buscava seu monopólio, além de não serem ainda centrais no que tange o interesse de uma legislação, ou de uma fiscalização, oficial. A partir deste período, no entanto, os movimentos de oficialização de artes de curar, orientadas pela racionalidade cientificista de uma ciência médica em processo de autonomização, se intensificam, promovendo a perseguição das práticas não oficiais, de seus atores, e a vigilância sobre a sua territorialização.

O interesse em se debruçar sobre a região amazônica se refere, nesse contexto, ao intuito de verificar suas particularidades, no sentido de que a mesma reúne um agrupamento de elementos que se desdobram em matriz para um universo simbólico particular. Deste modo, o universo da cura amazônico participa de um quadro composto por tradições populares representadas pela relação interativa entre as diversidades culturais que se entrecruzaram na formação do povo brasileiro – quadro este, que se verifica na tradição do uso das plantas medicinais, por exemplo (Santos, 2000) –, e se desdobra em novas modalidades de experiências no espaço. Verifica-se, especialmente em Belém no século XIX, um contexto no qual a própria medicina acadêmica encontra obstáculos para se desvencilhar dos receituários dos terapeutas populares,

“adotando métodos que os ditos doutores condenavam, em função do enraizamento social das práticas consideradas alternativas” (Silva, 2014, p. 13).

4.4. Fundamentação teórica

Admitimos que a colonização europeia – e o estabelecimento das relações de exploração e dominação social – se deu de forma quase simultânea, e não acidentalmente, à formação do complexo cultural da racionalidade/modernidade, “el cual fue establecido como um paradigma universal de conocimiento y de relación entre la humanidad e el resto del mundo” (Quijano, 1992, p. 14). Os conceitos, então, se retroalimentam e se baseiam no paradigma cartesiano sobre o qual o conhecimento racional foi estruturado. A noção de conhecimento como produto de uma relação entre sujeito e objeto, assentada na dualidade entre individualismo e coletivismo, se difunde na formação do pensamento racional europeu e revela, conseqüentemente, a posição na qual a Europa se coloca em seu movimento de expansão colonial. A mesma, é então, fundada na ausência, ou na externalidade completa do “outro”, e na admissão do sujeito europeu enquanto referência única (Quijano, 1992). Neste sentido, a relação que a Europa desenvolve a partir dos encontros travados nos trópicos, se espelha na relação sujeito-objeto, manifestando a externalidade a partir da qual se enxerga o outro, detendo qualquer possibilidade de integração, ou mesmo comunicação, entre as diversas formas de produção do conhecimento, e produzindo uma concepção de totalidade historicamente homogênea, na qual a história passa a ser disposta a partir de uma linearidade evolutiva – do primitivo para o civilizado, do tradicional para o moderno (Cruz, 2017). A formação do complexo racionalidade/modernidade europeu, se dá, inserido em um processo de conflitos em torno da imposição do poder – territorial e epistêmico –, combinando a formação das relações sociais capitalistas internas aos Estados nacionais na Europa e o movimento expansionista em direção às colônias, seguido do encontro com as outras cosmovisões operantes nos trópicos.

Citando José de Souza Martins em “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”, Haesbaert (2021) resgata a noção de fronteira com sentido

de “front”, enquanto contendo um duplo sentido, representando um avanço à frente e um fim, local de encontro e de desencontro com o Outro. A visão construída dentro da noção idealizada de fronteira, do colonizador como pioneiro, figura protagonista da modernização, da criação, frente às terras estranhas inexploradas, mascara “uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital” (Martins, 1997, p. 15), além de seu aspecto trágico, “que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais (...)” (Martins, 1997, p. 15). O avanço da fronteira é, então, destrutivo. Mas o que por um lado se destrói, por outro se alastra. O debate acerca dos processos de desterritorialização – mobilizados pelo colonialismo europeu –, aparecem de forma a revelar não uma desterritorialização pura, no sentido de que apenas passaria a não existir, mas se associa sempre a uma multiplicação, ou seja, vem sempre acompanhada de reterritorializações (Haesbaert, 2021). Particularmente no universo das práticas de cura, aqui, a desterritorialização da agência da cura pré-colonial é acompanhada por um movimento de propagação, no sentido de que a mesma se modifica e inaugura novos modelos de reprodução, de forma pulverizada, e passa a constituir uma rede mediada por um contexto simbólico em transição, que incorpora elementos das outras diversidades culturais para que se mantenha atuante, reconfigurando seus sentidos.

Entendendo que qualquer quadrícula territorial é expressão de um projeto imposto de mediação das relações sociais, admite-se que o movimento de transição de uma tessitura territorial para outra revela, também, a substituição de uma estrutura de poder para outra (Raffestin, 1993). Nesse sentido, importa afirmar que se consideram as transições pelas quais passa a estrutura territorial das práticas curativas no Brasil, como mudanças de tessitura reveladas por mudanças nas relações de poder. Em resumo, deduzimos um movimento de reorganização da malha territorial das práticas de cura, que se inicia nos processos de desterritorialização e reterritorialização dos territórios dos nativos logo no século XVI, e que encontra expressividade no século XIX, uma vez que, então, se verifica uma notável variedade de elementos que entram em conflito

em vias da busca pela propriedade sobre a ação da cura, e em seu fim, revela-se de fato a consumação desta nova estrutura de poder oficial centrada na medicina científica.

Adentrando o universo simbólico que rodeia o domínio da cura, admite-se que diversas concepções em torno da noção de doença à vincularam, historicamente, à uma certa justificativa sobrenatural: como advertência divina ou qualquer tipo de “remédio” para os males de espírito (Del Priore, 1997). Paralelamente, verifica-se a dimensão mágica que se atribui aos atos de curar, compondo um contexto no qual a magia e a cura integram uma matriz que orienta o saber médico até certo momento na Europa, tendo em vista a própria reunião entre corpo e espírito. Este vínculo, entre a doença e o sobrenatural, passa a se tornar o estopim de diversos conflitos entre o universo racionalista, que vai nortear o incipiente discurso científico europeu, e os rituais já integrados às práticas de curar – podemos citar o próprio estigma moral, no âmbito da Inquisição, que passa a incidir sobre as práticas mágicas (que se vinculavam muitas vezes aos curandeirismos), associadas à feitiçaria e à bruxaria, visto que o encontro com o sobrenatural deveria ser, tão somente, mediado pela Igreja.

Tornando em direção à colônia, podemos considerar o estabelecimento da missão Jesuíta como um dos impulsos para os entraves entre as diferentes ordens mágico-religiosas operantes, sobre as quais se impõe a dimensão da cura. Os pajés, como agentes da confluência que se estabelecia entre os universos mágico e curativo, se mostraram como a mais dura resistência ao processo de conversão dos nativos. Inicialmente, não se tratava de uma centralidade na ação dos missionários se ocupar das práticas ou dos rituais de cura, mas sim da morte, de forma a garantir a passagem dos convertidos ao reino dos céus. No entanto, se coloca uma contradição entre a concepção da doença enquanto advertência divina, sinal da ira de um Deus cristão punitivo, e a forte ocorrência das epidemias que se abatiam sobre os nativos, convertidos ou não, durante a presença das missões na colônia. A partir disso, impõe-se a necessidade de se ocupar, para além da cura do espírito, da cura do corpo (Resende, 2003), e se inicia um conflito direto entre com a pajelança e seu poder entre os nativos.

Procuramos, no entanto, uma ruptura com a concepção de um processo sincrético que toma forma a partir desse encontro, no qual entrariam em choque quadros fundamentados em concepções radicalmente opostas, entendendo que o mundo mágico-religioso popular português também agrega seus elementos, de modo a despontar um movimento de reformulação das práticas⁷. Sendo assim, a transformação da ação dos agentes de mediação da vida social e religiosa nativa – aqui nos referimos, inicialmente, à figura dos pajés na região amazônica – não deve ser interpretada, tão somente, a partir de um contexto de distanciamento puro da sua raiz cosmológica, a partir do encontro com o mundo lusitano, mas sim, também, a partir de movimentos de recriação de práticas que passam a incluir as nuances do encontro com o processo colonial – entendendo que este recria, por si só, um novo mundo. Afirma-se, então, a existência e o papel dessas reformulações e desta transição como produtoras de uma conversão de sentidos no que tange o mágico e o sobrenatural na colônia.

A partir deste encontro com o colonizador, é inegável que se encadeia a associação desta reunião corpo-espírito – que fundamentava, até então, as práticas e os rituais de cura – a tradições pré-modernas, pré-capitalistas, distantes do propósito civilizatório da linha do tempo histórica imposta, posicionada em contradição à superioridade moderna e racional (Sansi, 2008). Desta forma, quando resgatamos os sentidos que se atribuem ao estabelecimento de um contexto médico-curativo próprio no Brasil pós-colonial, não é incomum que se encontrem duas percepções: as que atribuem às práticas populares o estatuto de “não-ciência”, e as que reduzem aos limites do discurso da tradição e/ou do arcaísmo, e as que são tributárias de um movimento de revalorização da crença e dos costumes populares através de um registro folclórico (Figueiredo, 2003). Nos distanciando dessas percepções, buscamos demonstrar que a permanência dos aspectos mágicos, que não deixam de atravessar as concepções de cura no Brasil, se trata não de um resgate à um passado pré-moderno, ou uma orientação intencional frente à tradição, mas sim,

⁷ As práticas de “inclinat vontades”, os “encantamentos”, “conjuros”, “fervedouros”, e as “magias protetivas”, por exemplo, eram elementos que participavam do universo mágico do mundo popular português, e se somavam às solicitações de cura do corpo e da alma levadas às feitiças. Este cenário, além de ser transportado e se somar aos rituais mágico-curativos já operantes na América portuguesa pré-colonial, impulsionam os processos de tradução a partir da identificação de similaridades com as práticas na colônia, fundamentando, também, uma referência para a ação dos tribunais da inquisição sobre os nativos (Carvalho Júnior, 2005).

propriamente, de evidências destes processos, em curso, de recriação e reformulação das práticas e de seus significados, frente ao encontro com a racionalidade e a modernidade trazidas pelos colonizadores. Nesse sentido, demonstra-se que o choque entre uma produção material e simbólica inclinada em torno do valor de uso, e um sistema orientado em torno dos valores de troca, próprio do encontro com o caráter mercantil, exploratório e expropriador do colonialismo europeu, produz respostas criativas a este conflito por parte dos contextos de produção já ativos no território (Taussig, 2010).

O desenvolvimento do capitalismo e do próprio pensamento filosófico burguês, mobilizam a substituição do poder que antes era atribuído à religião e à Igreja, para a ciência, através do Estado, agregando, assim, o caráter científico à modernização capitalista – processo que é pano de fundo, também, para a expulsão da missão jesuíta da colônia no século XVIII. A partir disso, os processos que envolviam a mobilização do trabalho na transição do trabalho escravo para o assalariamento nos trópicos, também passam a ser sustentados por certa base cientificista. Nesse sentido, a razão que guia o Estado capitalista no que se refere aos primórdios da mobilização do trabalho no Brasil ao longo do século XIX, encontra, na oficialização da medicina científica, um método, que revela as feições da posterior busca pelo combate à promiscuidade, às doenças e aos estigmas de uma classe trabalhadora contraproducente (Bandera, 2014). A formação do Estado nacional brasileiro, então, e a necessidade de formar uma classe trabalhadora arquetípica, é orientada de modo a modificar a forma das concepções de saúde, visto que passa a ser central a eliminação de práticas de cura não institucionalizadas e não oficiais, para que a saúde do trabalhador passasse a ser direcionada e monitorada pelo Estado (Bosi, 2005), fortalecendo-se a estigmatização do exercício da cura sem habilitação. À essa questão, se soma a articulação médico-higienista-sanitarista que passa a reger a desinfecção dos espaços durante a república, e que também prolonga o ordenamento das ações de remoção simbólica do exercício da cura popular, ou de folclorização da mesma. Mais tarde, a constituição de um saber acadêmico e instrumentalizado pela efetivação das universidades de medicina como local de formação do saber médico oficial serve, também, como ferramenta para a

implantação de uma hierarquia entre os diversos conhecimentos vigentes no campo da cura.

Criando um parêntesis, nos referimos aqui a um movimento em curso de oficialização e institucionalização da medicina, entendendo as estruturas de poder que motivaram e embasaram, de certa forma, este processo. Não desejamos nos limitar, no entanto, ao entendimento da medicina científica como um corpo que já surge de forma homogênea e soberana. Pelo contrário, interessa identificar as disputas que os médicos tiveram que travar com as outras classes de terapeutas populares – sendo a própria instituição da classe médica demonstração disto –, para que obtivessem, à custo justamente dos movimentos de estigmatização das outras artes de curar, seu monopólio (Rodrigues, 2008), já no século XX.

Os conflitos que envolvem as práticas médicas no Brasil se orientam, então, de forma organizada através do embate entre uma a autonomização da ciência e da medicina – as quais passam a ser oficializadas e ordenadas pelo Estado nacional brasileiro e suas instituições em processo de formação – e as operações da heterogênea gama de terapeutas populares que mobilizaram as formas de reestruturação sobre as concepções de cura, contemplando aspectos da diversidade cultural indígena, do catolicismo popular e das religiões de matriz africana. De forma paralela, uma classe médica em processo de formação, a busca pelo monopólio sobre a cura e a conseqüente mercantilização das mesmas, mobilizam de forma intensa uma expropriação simbólica dos terapeutas sobre suas práticas, que agora passam a ser mediadas pela instituição e pela legislação médica oficial durante o século XIX (Pimenta, 2003).

Estes conflitos entre os diferentes agentes da cura talvez tenham encontrado em Belém (PA), no oitocentos, palco para um dos cenários mais acirrados (Figueiredo, 2003). Provavelmente devido às formas pelas quais se encaminhou o percurso histórico de constituição da diversidade cultural na metrópole amazônica, passam a disputar a legitimidade sobre suas práticas a pluralidade de atores que compunham a comunidade que era responsável por promover, de alguma forma, a cura e a saúde, seja ela com base “científica” ou não. Assim, “à primeira vista, essa contenda revelava algo já esperado: tratava-se da ciência ocupando o lugar da magia, a civilização lançando luz sobre a

barbárie, o médico com o bisturi derrubando o pajé e seu maracá” (Figueiredo, 2003, p. 274). No entanto, estes embates ultrapassam, em muito, sua aparência.

Ainda no início do século XIX, no Brasil, as práticas médicas passam a ser reguladas pela Fisicatura-mor – órgão que esboça os inícios da hierarquização e da circunscrição das práticas de cada classe de terapeuta, e que era responsável pela concessão das licenças para o exercício das mesmas –, criada em 1808 e extinta em 1828, quando a fiscalização dos espaços de exercício da cura passa a ser atribuição das câmaras municipais. Na Amazônia, em especial durante o primeiro ciclo da borracha, no início do período republicano, era crescente, entre a elite, o discurso modernizador, que buscava enquadrar a região sob o imperativo da civilidade e do progresso aos moldes europeus. O discurso higienista ganha destaque no Norte devido ao peso do estigma de insalubridade e foco de epidemias.

Contudo, seria um enorme equívoco acreditar que a “classe” médica já havia conquistado um grande poder e prestígio nesse período, fazendo com que a sociedade caminhasse segundo os desígnios ditados por sua ciência. Embora houvesse esse tipo de pretensão por parte de alguns, seria mais prudente dizer que, mais do que seguir as orientações dos doutores ou ser modelada pelas teorias do “racionalismo científico” em voga, a população da Amazônia parecia ainda estar mergulhada no “domínio do maravilhoso”. (Rodrigues, 2008, p. 20-21)

A Junta de Higiene Pública do Pará, passa a atuar a partir de 1850, durante a epidemia da cólera, de braços dados com a polícia, na repressão à pajelança e ao curandeirismo – enquadrados como exercícios ilegais da medicina – no perímetro urbano da cidade (Figueiredo, 2003). Do lado oposto dessa disputa, temos, então, os pajés, curandeiros, boticários, parteiras, sangradores, erveiros e até mesmo as *negras de tabuleiro* – esses últimos sendo os que atendem ao caráter já mercadorizado dos produtos da cura, levando-a ao âmbito dos mercados e do comércio de rua –, revelando o contexto médico-curativo-religioso que se remodelou aos novos moldes espaciais da cidade, e agora ocupava os quarteirões, os mercados, e as esquinas. Muitos destes, até mesmo se valiam da retórica científica para divulgar e reposicionar suas práticas no interior dessa disputa que passa a incluir uma diversidade de leituras sobre a ciência enquanto categoria - vide os pajés científicos (Figueiredo, 2008).

Antes, pois, da instituição de uma organização por parte da classe médica em se insurgir contra as poderosas terapias “alternativas”, a nomeada medicina popular ocupava um lugar de centralidade na agência da cura, atuando de forma a neutralizar, em alguma escala, a ausência de um interesse na saúde da população por parte de um Estado nacional ainda em formação no Brasil, além de revelar um alinhamento entre as cosmovisões das classes populares e dos agentes da cura popular – que convergiam em torno da dualidade corpo-espírito (Figueiredo, 2008). Até o momento do auge do interesse dos higienistas sobre a higiene pública e a sanitização os espaços, inspirados pela estética da Belle Époque durante a Belém da borracha, sua atenção não recaía sobre a base da saúde da população, sendo assim, os pajés e os curandeiros os reais promotores da cura (Figueiredo, 2003). Desta forma, o que se observa posteriormente, é o desejo por uma pulverização progressiva do apelo popular que estas práticas possuíam, devido aos conflitos travados com a busca intensiva pelo monopólio e pelo poder sobre a cura pela classe médica institucionalizada, que passa a dispor o poder de decisão sobre a realização dessas práticas.

Este aparecimento de um contexto no qual a agência da cura é disputada entre diversas figuras, revelam um cenário de afunilamento territorial das práticas de cura – ao confrontar este momento ao momento pré-colonial, no qual o curandeirismo era agenciado pela pajelança indígena, centrada na figura do Pajé e circunscrita em torno dos seus limites de atuação territorial, e que, após a colonização e os confrontos com os jesuítas, passam a se difundir de forma a reduzir seu raio – no sentido em que a prática da cura passa a se reconfigurar e se reproduzir, se pulverizando no território, e multiplicando seus autores. Sendo assim, procura-se delinear as raízes de uma territorialidade difusa das práticas da cura popular em curso no século XIX, interpretando as manifestações da mercantilização da cura e da mercadorização dos produtos das medicinas operantes como motores para esse processo. Buscamos afirmar, então, que a permanência dos curandeiros, pajés, boticários, erveiros, e ganhadeiras, no final do século XIX em Belém, ainda, é, de fato, expressão de uma territorialidade difusa, de um território em rede que é organizado a partir de um contexto médico-curativo estruturado em torno dos conflitos com a medicina oficial e com a

permanência insistente das práticas populares, e da constante reformulação destas últimas.

4.5. Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos metodológicos inicialmente adotados para a realização desta pesquisa consistem, principalmente, na realização de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira será dividida em diferentes momentos: primeiramente o foco se dará sobre as questões teóricas no âmbito da geografia, como o processo de desterritorialização e reterritorialização dos povos – e de suas práticas – nos trópicos, após a colonização; os conceitos de modernidade, racionalidade e colonialidade; as discussões sobre territorialidade, articulação territorial, sistemas territoriais, entre outros tópicos. A seguir, concentraremos a pesquisa bibliográfica nos temas mais específicos envolvendo a cura e as concepções de saúde e doença, procurando considerar uma diversidade de matrizes epistemológicas que desenvolvem significados dentro deste panorama. Após isso, afinando, a bibliografia se concentrará em trabalhos que discutam, de forma diversa, os aspectos das artes de curar no Brasil, desde a colonização até a institucionalização da ciência médica, mais especialmente em Belém (PA), envolvendo as perspectivas sobre as mudanças no contexto médico-curativo, que se impõe nas mais diversas ordens. Neste percurso final da pesquisa bibliográfica, busca-se identificar as particularidades da região amazônica em processo de modernização, entendendo, em especial, o percurso que transforma as medicinas populares em aspecto de uma atmosfera regional, constituindo, desta forma, um forte obstáculo à receptividade popular à medicina acadêmica na região.

Após este movimento, será realizada uma pesquisa documental em acervos – como, por exemplo, no Arquivo Público do Estado do Pará, na Biblioteca Arthur Vianna da Fundação Cultural do Pará, na Fundação Cultural Tancredo Neves – entendendo a centralidade dos documentos jornalísticos como forma de registro sobre as práticas dos agentes da cura no século XIX (Figueiredo, 2003), além de também processos criminais, relatórios, ofícios do Estado do Pará, registros de ocorrências e códigos policiais, entre outros.

Com isso, pretendemos identificar, principalmente, quais elementos espaciais aparecem nestes documentos, buscando compreender os indicadores territoriais tanto da atuação dos terapeutas – seus locais de atendimento, suas formas de divulgação, seus pontos de comercialização de remédios, entre outros –, como das estratégias de vigilância sobre os mesmos por parte da polícia – entendendo a natureza das denúncias e o direcionamento das ações de represália e/ou de remoção – para que seja possível realizar um mapeamento das disputas inseridas no universo médico-curativo, e compreender as transformações pelas quais o mesmo passa durante o século XIX. Além disso, também buscamos identificar as diferentes classificações de terapeutas populares que aparecem ao longo do século nestes registros, para que seja possível desenvolver um posicionamento temporal da atuação dos mesmos na cidade.

5. Conclusões

Após reexaminar os processos de escrita que desenvolvi durante a graduação, que tiveram início na elaboração do projeto de Iniciação Científica, ainda em 2019, e que completa um ciclo agora com o projeto de mestrado, foi possível notar como as coisas se encaminharam entre problemas e soluções. Acredito que mesmo os primeiros problemas conceituais que encarei na escrita do relatório de IC foram importantes no que concerne um caminho de reflexão e análise, que perdurou.

A primeira escolha – embora a tenha deixado um pouco de lado, agora – de tentar seguir os passos dos geógrafos culturais através da categoria da paisagem, me permitiu, de fato, experienciar o processo de apropriação sobre um conceito. Foram leituras intermináveis em diferentes áreas que me permitiram apenas esboçar uma intenção de colocar questões e discutir o conceito – esboçar pois não acredito que um relatório seja o suporte ideal para desenvolver completamente uma discussão, tendo em vista suas limitações de tamanho e forma, e seus objetivos, ou, pelo menos, estas “limitações”, talvez, de fato tenham me limitado nesse sentido.

Além disso, afirmo que a experiência mais significativa de todo o processo da Iniciação Científica tenha sido a ida a campo. No início 2021, momento em que a pandemia ainda estava em seu auge, ter tido minha terceira experiência indo a campo na graduação, sozinha, para desdobrar minha própria pesquisa foi, de fato, ao mesmo tempo fantástico e assustador. Sempre gosto de lembrar que a primeira coisa que ouvi quando cheguei no Ver-o-Peso para o primeiro campo foi: “Essas pessoas que vem entrevistar a gente só atrapalham o comércio”, de uma vendedora de farinhas que observava dois repórteres.

Ao finalizar o relatório, acredito, já estava posto meu interesse sobre os aspectos das práticas da cura popular na Amazônia, mesmo sentindo que esta questão tenha sido, em parte, ofuscada pelas questões teóricas que pretendia desdobrar até então. Apesar disso, não escondo meu apreço pelo resultado final, mesmo com suas falhas e faltas, no sentido de ter sido, realmente, resultado do meu primeiro percurso autônomo de pesquisa – autônomo no sentido de que

dependia de mim, mas com certeza sem a ajuda do meu orientador e dos meus colegas do grupo de pesquisa, o resultado não teria sido o mesmo.

Ao fim, acredito que as conclusões que tiro do meu relatório de IC e que me permitiram desdobrar a temática para um projeto de mestrado se tratam, principalmente, de compreender que a própria manifestação destas paisagens da cura às quais me refiro – seja nos mercados, nas boticas, nas bancas de revenda ou até mesmo nos quintais aonde se colhem as ervas – é aspecto de um ordenamento territorial das práticas de cura na cidade e expressão de relações de poder que se desdobram no espaço. E para além disso, os processos de transformação pelos quais estas práticas da cura, e sua exposição, passaram com o tempo, revelam uma expressão dos conflitos travados tanto com as outras classes da medicina, quanto com a fiscalização e a mediação do Estado.

A questão que me preocupava, inicialmente, de afirmação de uma imagem fetichizada dos sujeitos e de suas práticas, nesse sentido, reaparece, tornando possível perceber uma produção de sentidos que remete à processos antigos – do contexto colonial, do processo de estigmatização de certas classes médicas –, mas que também são tencionados pelos próprios ao adotarem esta imagem, tomando-a para si e se apropriando dela. Assim, é possível compreender as relações simbólicas e materiais de poder que delineiam uma rede complexa de relações espaciais que se são no campo de um contexto médico-curativo regional.

Por fim, e agora podendo retomar questões que creio terem sido centrais no desenvolvimento dos dois resultados expostos, tanto para entender suas falhas e limitações, quanto para verificar suas potencialidades, afirmo a importância do processo da pesquisa durante minha trajetória na graduação, e como fator de permanência, para mim, na universidade e no curso de Geografia – falo como uma aluna em que no currículo já consta uma desistência. Acredito que, depois de iniciar um percurso no qual é possível ver uma possibilidade de autonomia criativa, no sentido de que qualquer texto lido, ou qualquer fala de um professor durante a aula, possa ser possibilidade ou ferramenta para o desdobramento de questionamentos próprios dos alunos, é muito difícil se desinteressar ao se ver imerso à esta atmosfera, pelo menos o foi para mim.

6. Referências Bibliográficas

BANDERA, Vinicius. Modernização capitalista e medicina social. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 4, n. 7, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. **Editora Vozes Limitada**, 2017.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. **Geografia cultural: uma antologia**, v. 1, p. 239-243, 2012.

BESSE, Jean Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: **Perspectiva**, 2006.

BESSE, Jean-Marc. Le paysage, espace sensible, espace public. **Meta: Research in Hermeneu**, 2010.

BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: **EdUERJ**, v. 234, 2014.

BOSI, Antônio de Pádua. A mercantilização da cura no Brasil (1890-1920): uma investigação a partir de Uberabinha/MG. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 9, n. 2, 2005.

CARDOSO, S. L.; LINS, A. S.; MARTINS, R.; FIGUEIREDO, S. L. Performances endêmicas no mercado do Ver-o-peso, Belém do Pará. Rio de Janeiro: **Paisagens Híbridas**, v. 1, n. 2, 2018

CARVALHO, D. B. A crise dos sentidos: modernidade líquida e o esvaziamento da experiência sensorial. Teresina: **Cadernos do PET Filosofia**, v. 2, n. 3, 2011

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 407. 2005.

CLASSEN, C., HOWES, D., SYNNOTT, A. Aroma: The cultural history of smell. **Taylor & Francis**, 1994.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. **Geografia cultural: Uma antologia**, v. 1, p. 245-276, 2012.

CORBIN, Alain; LEBRUN, Jean. L'homme dans le paysage. **Textuel**, 2001.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (org.) Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: **Letra Capital**, p. 15-36, 2017.

DE OLIVEIRA, Livia. Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar. **Cultura Acadêmica Editora**, 2017.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: **Contexto**, 1997.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: Chalhoub, Sidney et al. (org.) Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas: **Editora da Unicamp**, 2003. p. 273-304.

FIGUEIREDO, Aldin Moura de. A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia 1870-1950. 2008.

FRAIGNEAU, V. La sensorialité olfactive du paysage, médiatrice d'une reliance sensible. **VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement**, v. 19, n. 3, 2019

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, v. 2103, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; BERDOULAY, Vincent. Imagens na geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 27, n. 2, p. 356-371, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial / de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: **CLACSO**, 2021

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista qualitativa. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: **Editora Vozes**, 2003

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: **Éditions Anthropos**, 2000

LIMA, Maria Dorotéia de. **Ver-o-Peso, patrimônio (s) e Práticas Sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Os sabores da cidade: práticas alimentares, hierarquias sociais e seus lugares em Belém do Pará, segunda metade do século XIX. In. **Seminário Temático 15 - XIX Encontro Regional de História da ANPUH**. São Paulo, 2008.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**. 2012, vol.17, n.3, pp.621-626.

PENTEADO, Antonio Rocha. Belém: estudo de geografia urbana. Belém: **UFPA**, 1968. v. 2

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. L'image mentale chez l'enfant. Paris: **PUF**, 1966.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: Chalhoub, Sidney et al. (org.) Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas: **Editora da Unicamp**, 2003. p. 307-330.

PORTEOUS, J. D. Smellscape. **Progress in Human Geography**, v. 9, n. 3, p. 356–378, 1985

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAFFESTIN, Claude. As quadrículas do poder. In. RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: **Editora Ática**, 1993

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Entre a cura e a cruz: jesuítas e pajés nas missões do Novo Mundo. In: Chalhoub, Sidney et al. (org.) Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas: **Editora da Unicamp**, 2003. p. 231-272.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém, p. 163. 2008.

ROSE, Gillian. Sobre a necessidade de se perguntar de que forma, exatamente, a geografia é visual. **Espaço e Cultura**, n. 33, p. 197-206, 2013

SCHAFER, R. Murray. The soundscape: Our sonic environment and the tuning of the world. **Simon and Schuster**, 1993.

SANSI, Roger. Feitiço e fetiche no Atlântico moderno. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 1 p. 123-153, 2008.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 6, p. 919-939, 2000.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925**. Tese, (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 219. 2014.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da. **Pedra, redes e malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da; RODRIGUES, Carmem Izabel. Pedra do Peixe: redes sociais na circulação do pescado do Ver-o-Peso para a cidade de Belém do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 3, p. 581-599, 2016.

SILVA, Lucielma Lobato. Entre cheiros e garrafadas: o trabalho das vendedoras de cheiro nas feiras públicas de Belém-PA em 1830-1890. **Margens**, v. 11, n. 16, p. 238-253, 2018.

TAUSSIG, Michael. O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul. São Paulo: Ed. **UNESP**, 2010.

TOCANTINS, L. Santa Maria de Belém do Grão Pará. Belo Horizonte: **Itatiaia Ltda**, 1987.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção. Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: **Difel**, 1980.

TUAN, Y. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: **Difel**, 1983.

VIEIRA, Laura. 2020. **Saberes da Floresta Produtos na Cidade: os atravessamentos socioculturais que permeiam as práticas tradicionais de cura amazônica em ambiente urbano – Belém/Pará**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.